

SESSÕES DO PLENÁRIO

23ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de dezembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ANGELO CORONEL

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PSB.

Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do Governo ou ao Líder do PP.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PSDB.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou do PCdoB/PDT.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria para falar ou indicar orador.

Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há sobre a Mesa um requerimento. (Lê) *“Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, na forma do art.174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 136/2018, de autoria do Poder Executivo, que ‘Institui a Microrregião de Saneamento Básico do Extremo Sul – MSB/ES’.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2018.”

Assinado pelo deputado Zé Neto.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- E o Horário das Representações Partidárias?

Parlamentar não identificado:- Sr. Presidente, pela ordem.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Já li tudo. Chamei tudo. Não, chamei tudo, chamei tudo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a fazer isso! Não! V. Ex.^a não leu uma palavra aí que alguém entendesse aqui! Não! Só o Pequeno Expediente que a gente ouviu aqui...

Presidente! Presidente, Presidente! V. Ex.^a não vai permitir que as representações partidárias falem? Se o governo não quer falar, se acha que não deve, menos mal! Agora impedir que a Oposição fale nesta sessão? Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não houve nenhum inscrito nesse horário, deputado!

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) são dois horários, 26 minutos, que não irá atrapalhar, de forma nenhuma...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu sei, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) o tratoramento que vocês estão fazendo aqui!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu chamei V. Ex.^{as} para falar!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não chamou, Excelência!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Chamou!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Da forma como V. Ex.^a leu aí...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permita-me falar, Rosemberg!

O Sr. Marquinho Viana:- À revelia! Transitado em julgado!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Marquinho, me permita falar!

O Sr. Marquinho Viana:- À revelia...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Espere aí, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Vocês já defenderam demais, vão defender calados o governo de vocês.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Agora, permita eu defender o meu mandato e defender a Oposição nesta Casa.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- É impossível que V. Ex.^a conceda a palavra para alguém, sussurrando e falando para dentro, Excelência!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pelo amor de Deus! Vamos ter paciência com isso! Nós temos aqui apenas 25 minutos para falar!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, deputado, há vários projetos para discutir, deputado!

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a querer tratar... Na semana passada, as pessoas foram impedidas de entrar neste Parlamento. A imprensa só entrou, porque a Oposição brigou para que entrasse! Hoje as grades estão em toda a Casa, impedindo que as pessoas entrem. E chega aqui, V. Ex.^a impede que a Oposição fale?

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, eu li. Se V. Ex.^a quiser...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a não leu, V. Ex.^a sussurrou...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a estava no celular e não prestou atenção, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a não leu, V. Ex.^a sussurrou. Não é assim que se faz!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, eu vou ter que gritar, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Isso não vai impedir... repito, isso não vai impedir que esse governo, que os deputados do governo tratorem esta Casa, como estão fazendo, passando um rolo compressor! Não vai impedir, mesmo!

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Porque V. Ex.^{as} têm aqui mais de 40 deputados que estão a serviço desse processo. Agora, impedir que a Oposição fale nesta Casa, aí já é demais, Excelência!

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- São 25 minutos para que nós possamos falar!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há um requerimento... um momento, deputado. Há um requerimento sobre a Mesa aqui.

(Lê) “O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de uma de suas atribuições regimentais, e em especial, na forma do inciso I do art. 92 do Regimento Interno, convoca uma Sessão Extraordinária para o dia 17 de dezembro de 2018, segunda-feira, às 10:00h, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:

Requerimento de Urgência nº 9.216/2018 – Dep. Zé Neto

Urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 136/2018 de autoria do Poder Executivo, que institui a Microrregião de Saneamento Básico do Extremo Sul – MSB/ES.

Requerimento de Urgência nº 9.217/2018 – Dep. Zé Neto

Urgência para o Projeto de Lei nº 22.997/2018 de autoria do Poder Executivo, que autoriza a instituição do Fundo Especial de Créditos Inadimplidos do Estado da Bahia – FECRIBA e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 22.985/2018 – Poder Executivo

Altera a Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 22.968/2018 – Tribunal de Justiça

Institui a gratificação por atividade de instrutória no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Proposta de Emenda Constitucional nº 154/2018 – Poder Executivo

Altera o § do art. 34 da Constituição do Estado da Bahia e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 22.973/2018 – Poder Executivo

Altera a Lei nº 13.727, de 05 de julho de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e dá outras providências, na forma que indica.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 14 DE DEZEMBRO DE 2018.

DEPUTADO ANGELO CORONEL

PRESIDENTE”

Sala das Sessões, assinam aqui mais de 21 Srs. Deputados.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero que V. Ex.^a, por favor, leia o nome dos deputados que assinaram.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Solicito à Secretaria da Mesa que, por favor, me forneça a lista dos deputados que assinaram o documento.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Preciso ver o requerimento com as assinaturas.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente, é apenas para testemunhar que V. Ex.^a chamou, pausadamente, as Lideranças do Governo e a Liderança da Oposição. Inclusive, V. Ex.^a chegou a olhar para o deputado Luciano Ribeiro, que é o Líder e, diga-se de passagem, um deputado atuante. Mas ele, pausadamente, olhou inclusive para V. Ex.^a, e ninguém respondeu. Chamou duas vezes! Eu quero apenas testemunhar que V. Ex.^a chamou pausadamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ok, deputado. Obrigado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Lamento que o deputado Marcelo Nilo, que foi presidente desta Casa por 10 anos, que deveria defender o debate... O deputado Marcelo Nilo tem razão de falar o que está falando, porque, na sessão passada, o deputado entendeu que a oposição é aquela que apenas é oposição, quando está contra o governo. A Oposição só se manifesta quando o governo está certo. Ora, Marcelo, quem pensa assim, só poderia ter essa atitude.

O Sr. Marcelo Nilo:- V. Ex.^a estava olhando o celular...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nós estamos aqui...

O Sr. Marcelo Nilo:- (...) V. Ex.^a passou despercebido...

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) Nós estamos aqui...

O Sr. Marcelo Nilo:- (...) tomou...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu ouvi V. Ex.^a falar. Permita que eu fale?

O Sr. Marcelo Nilo:- Claro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Olhar celular não é problema. Olho o celular com os olhos e ouço com os ouvidos.

O deputado, o presidente da Casa, veio aqui hoje, assim como a Banca do Governo, com a intenção de tratorar isso aqui. Com a intenção de tratorar, e vão tratorar. Isso não impede que dê 25 minutos para que a Oposição possa falar. Agora, dizer que o presidente desta Casa concedeu de forma como deve ser concedido os Horários das Representações Partidárias para a Oposição, aí é demais! Quem está aqui, sabe! Sei que alguns que estão ali, sabem do que estou falando! Já tolheram aqui a imprensa na semana passada, nós fizemos entrar. Na semana passada, colocaram o Batalhão de Choque na Casa do povo para o povo não comparecer. Hoje, a Casa está cercada, embora não tenha ninguém, nem ameaçando, nem aqui assistindo! As pessoas perderam até o interesse, porque já sabem o resultado. As

peessoas viriam aqui, porque imaginavam que podiam mudar a opinião de alguém. E projetos que foram votados!

Repito: hoje, vi na imprensa um projeto que nós votamos, oriundo do governador, e que foi aprovado, no qual extinguímos a Conder, que o governador vai vetar e vai voltar atrás. Imaginem os absurdos que estão a ocorrer nesta Assembleia! Agora quer impedir que a Oposição fale? E ainda acham guarita naqueles que dirigiram esta Casa por 10 anos, querendo matar, ferir de morte o Parlamento baiano, nós não podemos aceitar.

Façam como quiserem! Como vocês são maioria absoluta, são tratores, querem passar por cima, mas não nos calarão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, vou ler a relação dos deputados que subscreveram o documento: deputado Aderbal Caldas, deputado Alan Castro, deputado Alex Lima, Alex da Piatã, Angelo Almeida, Antonio Henrique Jr., Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luiz Augusto, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

Há sobre Mesa o Requerimento nº 9.217/2018.

(Lê) *“Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.997/2018...”*

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para encaminhar, viu Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (Lê) *“(...) de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza a instituição do Fundo Especial de Crédito Inadimplidos do Estado da Bahia – FECRIBA e dá outras providências.’*

Sala das sessões, 17 de dezembro de 2018.”

Assina o deputado, Líder da Maioria, José Neto.

Para encaminhar a votação...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, antes que eu encaminhe a votação, gostaria que V. Ex.^a pedisse à Secretaria da Mesa, dado o número de urgências que o governador mandou para cá, se está dentro da proporcionalidade que determina o Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- A Secretaria da Mesa informa que ainda tem....

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quantos projetos?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) sobra de dois projetos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não é como está, não! Eu quero saber quantos projetos estão tramitando e quantos estão em regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Solicito ao secretário-geral da Mesa que atenda à solicitação do nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu aguardo para poder fazer o meu encaminhamento da minha votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, deputado, V. Ex.^a tem que encaminhar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não, eu preciso saber, porque se não tiver, vai ter que parar!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se não tiver, a sessão fica prejudicada!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não! Não fica prejudicada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, eu derrubo a sessão. Se tiver alguma coisa, fique tranquilo. Se não tiver dentro do regulamento, eu vou derrubar a sessão.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não fico tranquilo, não. Olha...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fique tranquilo, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Veja bem, V. Ex.^a está usando da forma regimental, a forma de sussurrar para dentro. Eu tenho que usar minha forma de, também, contrapor ao que V. Ex.^a está querendo. Já que não permite a voz da Oposição, a Oposição vai fazer o seu papel de forma mais dura ainda. É assim que querem, assim vai ser.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, deputado, eu vou... Já que V. Ex.^a está achando que a sessão está muito rápida, vou deixar bem pausada, então, para que V. Ex.^a use os seus acordes vocais para falar bem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não são acordes vocais, não, Sr. Presidente, são minhas convicções. Para falar bem, eu uso as minhas convicções. Para falar bem, eu uso as minhas convicções.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Luciano Ribeiro, houve 35 projetos encaminhados pelo governo, sete pedidos de urgência, mais dois hoje, nove. Ainda sobram mais dois pedidos de urgência, caso haja necessidade. Está aqui à sua disposição.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Emprésteme o projeto do requerimento de urgência agora para eu dar uma olhada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um minuto, Sr. Presidente, deixe eu pegar o projeto primeiro. Um projeto tão recente, que chegou na Casa agora de manhã, eu preciso pelo menos ver, saber do que se trata. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concluiu, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu estou tentando ler, mas se V. Ex.^a está com tanta pressa, pode abrir o tempo. Mas eu estou tentando conhecer, pelo menos ler.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O tempo está aberto. Sr. Operador, por favor, abra o tempo regimental para que o deputado possa encaminhar o projeto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Tempo de 25 minutos, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, V. Ex.^a vai ter tempo à vontade para falar hoje, fique tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, nós estamos concluindo um ano que este Parlamento poderia dizer que é um ano que se conclui de forma triste. Veja que, se não bastassem aqueles outros projetos de lei que medem e mexem tanto com a vida dos baianos e das baianas, que foram aqui aprovados nos porões desta Casa, escondidos e acovardados nós estávamos...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Operador!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (...) longe do povo, com a polícia pronta para bater no povo, se tentasse entrar nesta Casa... Oxi, meu tempo de 19 pulou para 9, foi? Estava 19 minutos, e diminuiu para 9? V. Ex.^a me concedeu 20 minutos!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O operador de som, hoje, ligou atrasado o terminal. O operador não está marcando o tempo certo.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V. Ex.^a me concedeu 20 minutos! Cortou a metade, foi?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O negócio hoje está duro ali no som da Casa.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO: V. Ex.^a cortou mais da metade?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, V. Ex.^a só tem 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V. Ex.^a me concedeu 20, abriu o painel com 20.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se V. Ex.^a quiser, hoje, vai falar o dia todo!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não, mas eu quero falar aquilo que me é de direito. Se V. Ex.^a me concedeu 20, e eu não reclamei...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Não pode.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Mas ele concedeu 20! Seriam 20 minutos! V. Ex.^a corta no meio da minha fala...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É para encaminhar, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Vai cortar o meu raciocínio?

Ora, Excelência, é triste vermos a forma como estão sendo tratados, nós, deputados desta Casa, que é a Casa do povo.

Hoje, ao chegar aqui, encontrei a Assembleia cercada para impedir que as pessoas venham aqui. Não bastassem as Galerias já estarem fechadas há mais de 6

meses, sem que o povo venha aqui assistir. Nós estamos fazendo tudo às escondidas, estamos fazendo com medo! Quem faz escondido, é quem faz com medo! O deputado Zé Neto... Eu disse na semana passada, que é o único governo, Targino, que eu vi na vida diminuir salário.

O deputado Zé Neto, que estava por aqui até pouco instante, foi à imprensa dizer que a Oposição mentia, e agora me trouxe um arrazoado dele para provar que não diminuiu salário. Ora, eu vou dar números, não precisa desse arrazoado, Zé Neto. Eu vou te dizer, vou te provar aqui.

Ora, se eu ganho mil reais... Preste atenção, Zé Neto, para você não chamar de mentiroso quem fala a verdade. Zé Neto, se eu ganho mil reais, desconto para a Previdência 12%, me sobra quanto?

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Oitocentos e oitenta!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Novecentos e oitenta. Boa, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Oitocentos e oitenta!

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Oitocentos e oitenta!

Se eu continuo ganhando o mesmo mil, e desconta 14%, passo a ganhar quanto? Houve a diminuição ou não do salário, deputado Zé Neto? Cuidado ao dizer que as pessoas mentem! Cuidado ao dizer que as pessoas mentem! Mente, deputado Zé Neto, é quem vai para a eleição dizer ao povo que o estado tem dinheiro em caixa, que o estado deve se orgulhar do governador que tem, que é um bom gestor, que o estado tem dinheiro para fazer as obras que ele prometeu durante a campanha, e que depois da campanha decreta a falência do estado e diz que o estado está devendo 4 bilhões anuais.

Quem mente é quem faz política assim! Ora, quem mente é quem faz política assim! Mas é o único governador que eu já vi diminuir, nominalmente, o salário dos servidores. Porque, durante 4 anos, diminuiu com a inflação. Não falo disso. Eu falo em diminuir no contracheque. É no contracheque! Os servidores verão no próximo contracheque, porque os seus salários não aumentaram, e o desconto obrigatório para a Previdência aumentou.

Ora, como é que está mentindo? Não preciso desse arrazoado, Zé Neto. Não preciso! É uma conta simples, uma conta de diminuir. Apenas! E os servidores terão, no seu contracheque, a prova inequívoca de que esse governo foi o único que eu conheço em minha vida que conseguiu diminuir salários.

Mas quero aqui, mais uma vez, fazer, Sr. Presidente... e não vou falar sobre esse projeto, porque eu não conheço. V. Ex.^a me permitiu e me concedeu 20 minutos. Eu não tive tempo nem sequer de ler esse projeto, porque ele chegou ontem na Casa. Como é que nós vamos analisar? E é por isso que estamos aqui escondidos, sitiados, sem que o povo possa entrar, com a polícia na porta.

Não é esse Parlamento que a Bahia merece. Os grandes homens baianos que já passaram aqui por esse Plenário, deputado Sidelvan, há muito tempo, e que deixaram história na Bahia, certamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) estão envergonhados de assistir essa triste cena, a qual ocorre neste ano de 2018, nesse fim de legislatura. Nós temos apenas que lamentar, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente, vou falar como Líder do Bloco PSDB/PSC.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao deputado Marcell Moraes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, nobres deputados, Galerias, imprensa, venho aqui, hoje, presidente, mais uma vez, lamentar o retrocesso deste Governo do Estado da Bahia, que insiste, consequentemente, em desrespeitar o Parlamento baiano. Eu me lembro, deputado Targino – deputado Targino, deputado Targino –, de que, no início do mandato, V. Ex.^a, usando esta tribuna... e um projeto muito parecido do Governo do Estado da Bahia, que tratorava, mais uma vez, junto à Bancada do Governo. V. Ex.^a usou esta tribuna e cantou para os servidores: “Ele está pagando com traição, a quem sempre lhe deu a mão.” E continuou.

O papel de um deputado estadual é fazer leis, que não gerem custos para o estado, e fiscalizar o Executivo. Este Parlamento aqui não faz nem uma coisa nem outra. É sessão oposição. Já não votamos projetos de deputados aqui há algum tempo, e o pessoal, a Bancada do Governo, titulado aí pela imprensa como a bancada do “Amém”, mais uma vez, deixa passar um projeto importante, sem a mínima discussão.

Fico muito triste, porque sei que esses servidores que estão servindo o estado há anos, com dedicação, que estão servindo o estado com empenho, o governador vem, de maneira abusiva, um retrocesso, e, mais uma vez, encaminha um projeto para a Assembleia Legislativa da Bahia, como nunca visto antes, onde as Galerias estão vazias, onde não é permitido a entrada de servidores, e vem para aprovar.

Ora, precisamos, Srs. Deputados, de uma reflexão. Em 2018, esta legislatura, deputado Luciano, de 2014 a 2018, 2015 ao final de 2018, pode ser titulada como a legislatura do trator. É a legislatura na qual o governador da Bahia não respeita o Parlamento baiano e não respeita nem a Oposição.

Muitos chamam aí de Rui “Correria”. É correria para não pagar a emenda dos deputados. Aí, sim, ele sabe correr, deputado Gika. Porque desrespeitar as emendas dos deputados, eles fazem todo ano. O deputado... Isso aqui é lei aprovada aqui pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na qual o deputado tem emenda de 1,2 milhão por ano. Eu, com 4 anos aqui, deputado Gika, recebi um trator, uma ambulância e um ônibus escolar. Onde é que está indo a emenda dos deputados, governador? Por que não paga?! É lei aprovada aqui! É correria para não pagar as emendas dos deputados, é correria para se esconder dos servidores! Isso, sim, é correria!

Foi para uma eleição mostrando que o estado estava bem, foi para uma eleição mostrando que o estado tinha força, que é competente, e logo após a eleição, 40 dias após a eleição, vem enganar o povo, deixando a Bancada do Governo em uma situação muito delicada!

Deputada Fabíola, eu vi uma entrevista de V. Ex.^a na imprensa dizendo que queria discutir o projeto. O PCdoB também! Cadê o PCdoB com os sindicatos? Estão fechando os olhos para os professores. Cadê que o governador do estado vem aqui na posse... Vamos reencontrar ele hoje na diplomação! Eu quero olhar olho no olho e perguntar para o governador... o Parlamento não é uma secretaria de governo, não! Vocês, deputados do Governo, foram eleitos não foi para servir o governador, não, foi para servir o povo! O governador tem que parar de achar que a Assembleia Legislativa é uma secretaria do governo, porque não é! Nós precisamos nos respeitar! A Bancada do Governo precisa se respeitar, e não ficar a bancada do “amém”! Porque vocês não foram eleitos para falar amém para o governador do estado, foram eleitos para defender o povo, e não estão defendendo o povo! Não estão!

É lastimável acontecer isso em pleno século XXI! Um Parlamento omissivo! Um Parlamento desrespeitado! O papel do deputado é fazer leis, que não gerem custos para o estado, e fiscalizar o Executivo! O que vocês estão fazendo aqui? Estão fiscalizando quem? Estão aprovando projetos de quem?

Fico muito entristecido com isso! Não podemos nos calar! É lastimável! É Rui “Correria”, sim! Correria dos professores! É Rui “Correria”, sim! Corre dos servidores, corre dos professores e desrespeita o Parlamento baiano!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Saudações ecológicas, presidente! Bom dia a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o Requerimento de Urgência nº 9.217/2018. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, os deputados da Oposição registram o voto contrário à urgência. Gostaria que V. Ex.^a nominasse os deputados da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O Requerimento de Urgência nº 9.216, que foi votado, eu quero que a Casa registre com os votos contra dos deputados da Oposição; e também o Requerimento de Urgência nº 9.217, que acaba de ser votado, gostaria que a Secretaria Geral da Mesa também colocasse que foi com os votos contra dos deputados da Oposição presentes. Ok, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ok, Sr. Presidente. Exatamente assim!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o Projeto de Lei nº 22.985/2018 do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2018.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas colocar logo o professor Zé Raimundo para relatar o projeto que vai retirar direitos, vai diminuir a gratificação dos professores...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) é querer sacrificar o professor Zé Raimundo, demais! O professor Zé Raimundo não merece isso, não.

O Sr. Marcell Moaraes:- Professor Zé Raimundo, querem fritar V. Ex.^a. Não vá, não! Não vá, não! Os professores de Vitória da Conquista estão muito tristes, V. Ex.^a! Uma cidade independente como Vitória da Conquista. Eu sugiro que V. Ex.^a não submeta... O senhor é professor e sabe a luta de um professor! O senhor é professor, como minha mãe é professora! Sabe...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o grande parecerista Rosemberg.

O Sr. Marcell Moaraes:- (...) Deputado Zé Raimundo, a UESB não merece isso!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- ...Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Um momentinho, deputado Rosemberg. Deputado Rosemberg, um momento, por favor!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Na designação de relatores é necessário que haja também uma proporcionalidade, está no Regimento Interno da Casa. Não se pode designar relatores, apenas os deputados do Governo. Os deputados do Governo estão constrangidos em fazer o relatório, o parecer desse projeto. Eu, como membro da CCJ, me proponho a fazer o parecer, a dar o parecer no projeto. V. Ex.^a precisa cumprir a proporcionalidade da CCJ. Nós estamos aqui há quantos dias? V. Ex.^a designando... V. Ex.^a, não, o Líder do Governo é quem indica o relator, isso não dá para aceitar! V. Ex.^a precisa designar relatores em outros projetos.

Então, é preciso que se olhe, Sr. Presidente, quantos relatores foram designados... Se V. Ex.^a não presta atenção... Zé Neto é quem está comandando a sessão, é? Zé Neto é quem está comandando a sessão, é? Vou aguardar Zé Neto dar as orientações devidas.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Espera aí. Zé Neto, por favor, se V. Ex.^a puder sentar aqui para conversar, deputado.

Continue com a palavra, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu estou querendo que V. Ex.^a cumpra o Regimento naquilo que se diz da proporcionalidade, em relação à designação de relatores nos projetos de lei. Não dá para que todos os projetos de leis que aqui estão, oriundos do governador, sejam indicados, pelo Líder – deveriam ser pelo presidente –, os relatores da Base Governista. Eu faço parte da CCJ, me proponho a relatar esse projeto, faço o parecer agora. Então, eu peço a V. Ex.^a... Isso aqui é a Casa do povo. Depois o governo derruba meu parecer, se eu der contrário. Posso até dar favorável, quem sabe. Mas eu quero participar. Há outros tantos aqui que fazem parte da CCJ e que podem relatar. Mas V. Ex.^a sequer presta atenção.

Vejam vocês como é tratada essa Oposição nesta Casa. Deixe Zé Neto orientar primeiro, depois eu... (Pausa)

Estou aguardando, estou aguardando.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Posso continuar lendo o parecer, Sr. Presidente?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não. Falta decidir a minha questão de ordem, deputado... a questão de ordem que estou fazendo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não dá, não dá.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu estou fazendo uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pode formular a questão, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- A questão foi formulada desde o início. Os pareceres, a designação de relatores precisa ser proporcional. Estou apenas reivindicando...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, o próximo projeto, em deferência a V. Ex.^a, eu vou colocá-lo como relator.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Está certo, pode botar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ok, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Está ok.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em deferência a V. Ex.^a, V. Ex.^a é um batalhador.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pronto! Agora, o parecer quem vai fazer sou eu, viu? Quem vai fazer o parecer sou eu. Não vou ler parecer vindo da Casa Civil, não. Como esse aí.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relator o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Projeto de Lei nº 22.985/ 2018, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002. Esse projeto, Sr. Presidente, na realidade faz um regramento a partir da promulgação da lei, não retirando nenhum direito adquirido dos diversos servidores. Além desse projeto, esse não é um projeto que versa apenas sobre qualificação dos servidores,

versa também sobre a ampliação de gratificação para outros servidores além da educação, a exemplo da Polícia Militar do Estado da Bahia. Então, vou ler o parecer:

(Lê) “PARECER

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, Projeto de Lei nº 22.985/ 2018, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 8.261 de 29 de maio de 2002, e dá outras providências.

A proposição que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a propor alteração na Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado, com o objetivo de “aprimorar os requisitos para a concessão da Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino, valorizando a atuação dos profissionais da Educação em constante qualificação, que buscam elevar os índices de permanência e sucesso escolar”, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa.

A Gratificação acima referida, instituída pela Lei nº 8.261/2002, passa a denominar-se Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino, vindo a receber, através da presente proposição, nova disciplina para sua concessão, entre as quais a necessidade de “alcance de meta anual de desempenho pela unidade escolar de lotação do Professor ou do Coordenador Pedagógico”, como estabelece o inciso V introduzido ao caput do art. 82 da Lei, tendo por base a aferição de tais metas “em indicador de permanência e sucesso escolar, na forma disciplinada em regulamento,” segundo prescreve a nova redação do § 4º do mesmo artigo.

Também são modificados os percentuais de incidência sobre o vencimento básico para cálculo da gratificação, extinguindo-se a concessão para cursos de duração entre 80 e 119 horas (anteriormente faziam jus a 5%) e entre 120 e 359 horas (10%), e reduzindo-se de 15% para 10% quando da participação em cursos acima a partir de 360 horas, de 20% para 15% em caso de Mestrado e de 25% para 20% em Doutorado.

A proposição recebeu apenas uma emenda, destinada a manter os incisos I e II do art. 83 da multicitada Lei, de modo a manter a gratificação de 5% para participação em cursos entre 80 e 119 horas e 10% para cursos entre 120 e 359 horas. Opino pela rejeição, uma vez que a proposta da emenda implica em aumento da despesa pública, contrariando o quanto dispõe o inciso VII do art. 77 da Constituição do Estado.

Por fim, venho, na condição de Relator, apresentar as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 01: Altere-se a ementa, os incisos II dos arts. 82 e 83, alterados no art. 2º e os arts. 3º, 6º e 7º do Projeto de Lei nº 22.985/2018, acrescentem-se os arts. 8º a 12, bem como os Anexos I e II ao Projeto de Lei nº 22.985/2018, na forma seguinte:

“Altera as Leis nº 8.261, de 29 de maio de 2002, nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e dá outras providências.”

'Art. 2º -.....

.....

.....

'Art. 82 –

.....

.....

II - comprovação de aproveitamento dos cursos previstos no art. 83 desta Lei mediante apresentação de certificado ou diploma;

.....

.....

'Art. 83 –

.....

II - 10% (dez por cento) aos portadores de certificado de curso com duração mínima de 270 (duzentas e setenta) horas e máxima de 359 (trezentos e cinquenta e nove) horas;

.....

.....

Art. 3º - Para os servidores que até a data de vigência desta lei comprovem a matrícula realizada em curso com duração mínima de 270 (duzentos e setenta) horas e máxima de 359 (trezentos e cinquenta e nove horas), com duração mínima a partir de 360 (trezentos e sessenta) horas ou em curso de mestrado ou doutorado, fica autorizada a aferição da correlação entre o curso e a respectiva área de atuação do Professor e do Coordenador Pedagógico quando da apresentação do requerimento da Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino.

.....

Art. 6º - Os servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio posicionados no Grau IIA dos Padrões P, E, M e D passam a compor Quadro Especial, na forma do Anexo I desta Lei.

§ 1º - Os cargos referidos no caput deste artigo serão extintos à medida que vagarem.

§ 2º - Os vencimentos básicos dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico posicionados no Quadro Especial de que trata o caput, observado o regime de trabalho, são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 7º - O caput do art. 4º da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 4º - O ingresso na carreira do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, nos cargos de Professor e de Coordenador Pedagógico, dar-se-á no Padrão P e Grau III, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.' (NR)

Art. 8º - Os vencimentos dos cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, observado o regime de trabalho, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único - O Anexo III-A da Lei nº [10.963](#), de 16 de abril de 2008 passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 9º - Fica assegurada aos atuais ocupantes de cargos do Quadro Especial II-A de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio dos Padrões P, E, M e D a promoção para o Grau inicial da carreira, dentro do mesmo Padrão.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo aplica-se aos atuais ocupantes dos cargos do Quadro Especial Grau I, instituído pela Lei nº 13.569, de 18 de agosto de 2016, e aos atuais ocupantes dos cargos do Quadro Especial Grau I-A e do Quadro Especial Grau II, instituídos pela Lei nº 13.809, de 04 de dezembro de 2017.

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966.

Art. 11 - Ficam revogados o § 2º do art. 82 e o inciso I do caput do art. 83 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, o art. 22 da Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os arts. 6º, 7º, 8º e 9º que passarão a vigorar a partir de 01 de junho de 2019, ficando nesta data revogado o Anexo II da Lei nº 13.809, de 04 de dezembro de 2017.”

ANEXO I		
QUADRO ESPECIAL		
PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO - GRAU IIA		
TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)		
PADRÃO	REGIME	VENCIMENTO
P	20h	1.223,33
	40 h	2.446,66
E	20h	1.457,72
	40 h	2.915,44
M	20h	1.734,67
	40 h	3.469,34
D	20h	2.064,27
	40 h	4.128,54

ANEXO II

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)

REGIME DE 20 HORAS

		III	IIIA	IV	IVA	V	VA	VI	VIA	VII
Professor/ Coordenador Pedagógico	P	1.306,19	1.400,49	1.494,79	1.602,72	1.710,65	1.834,14	1.957,63	2.098,98	2.240,33
	E	1.554,33	1.673,29	1.792,26	1.913,94	2.035,64	2.186,95	2.338,25	2.502,13	2.666,00
	M	1.849,66	1.991,23	2.132,77	2.277,61	2.422,43	2.602,46	2.782,49	2.977,51	3.172,52
	D	2.201,09	2.369,55	2.537,99	2.710,32	2.882,67	3.096,90	3.311,13	3.543,22	3.775

REGIME DE 40 HORAS

		III	IIIA	IV	IVA	V	VA	VI	VIA	VII
Professor/ Coordenador Pedagógico	P	2.612,38	2.800,98	2.989,58	3.205,44	3.421,30	3.668,28	3.915,26	4.197,96	4.480,66
	E	3.108,66	3.346,58	3.584,52	3.827,88	4.071,28	4.373,90	4.676,50	5.004,26	5.332,00
	M	3.699,32	3.982,46	4.265,54	4.555,22	4.844,86	5.204,92	5.564,98	5.955,02	6.345,04
	D	4.402,18	4.739,10	5.075,98	5.420,64	5.765,34	6.193,80	6.622,26	7.086,44	7.550,60

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo alterar o Projeto de Lei nº 22.985/2018, na forma que indica.

Emenda de Relator nº 2: Acrescente-se um novo art. 10 ao Projeto de Lei nº 22.985/2018, renumerando-se os demais, com a redação seguinte:

‘Art. 10 - O art. 18 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 - O policial militar da reserva remunerada, por conveniência da Administração, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, poderá ser convocado, por ato do Governador do Estado para o exercício das funções a serem estabelecidas em regulamento.

§ 1º - O policial militar convocado nos termos deste artigo permanece na condição de inativo, fazendo jus a uma indenização a ser fixada em regulamento, enquanto perdurar a convocação.

§ 2º - Sobre a indenização de que trata o § 1º deste artigo, não incidirá contribuição previdenciária.

§ 3º - Fica vedado o recebimento, por parte dos convocados, de qualquer acréscimo remuneratório durante o período da convocação.

§ 4º - A indenização de que trata o § 1º deste artigo tem caráter transitório, devida apenas durante o período de convocação, não constitui base de cálculo para

qualquer vantagem, inclusive as decorrentes de tempo de serviço e não é passível de incorporação aos proventos

§ 5º - A convocação de que trata este artigo possui caráter excepcional e terá a duração de até 24 (vinte e quatro) meses, admitida 01 (uma) única prorrogação por igual período, vedado o exercício de cargo ou função de comando, direção e chefia.

§ 6º - Não implicará em convocação a nomeação para cargo em comissão.

§ 7º - O policial militar convocado deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ter sido transferido para a reserva remunerada nos termos da lei;

II - ter aptidão física e mental para o exercício da atividade, comprovada por inspeção de saúde, renovada anualmente;

III - não se encontrar em exercício de cargo, de função ou de emprego público no âmbito do Estado da Bahia, da União, de outros Estados e de Municípios;

IV - não estar respondendo a inquérito policial, processo disciplinar ou processo criminal.

§ 8º - Sempre que a demanda exceder a oferta de vagas para a convocação, o policial militar será selecionado atendendo aos seguintes critérios, por ordem de preferência:

I - menor tempo de inatividade;

II - menor idade;

III - residência na área territorial de responsabilidade do órgão ou entidade onde exercerá suas atividades;

IV - melhor comportamento quando da passagem para a inatividade.

§ 9º - A dispensa antes do término do prazo fixado para a convocação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - por requerimento do policial militar convocado;

II - pelo não atendimento dos requisitos previstos no § 7º deste artigo;

III - por ato do Governador, mediante solicitação fundamentada do Comandante Geral, para garantia da hierarquia e disciplina;

IV - pelo alcance da idade limite prevista para a reforma ex officio;

V - quando cessada a necessidade do serviço.

§ 10 - O policial militar convocado, além da indenização prevista no § 1º deste artigo, também fará jus:

I - ao uso do uniforme e equipamentos;

II - a diárias de viagem e transporte, nos termos da legislação vigente;

III - ao auxílio transporte e auxílio alimentação, nos termos da legislação vigente;

IV - a 30 (trinta) dias de descanso após 12 (doze) meses de exercício, não sendo devido o pagamento da indenização a que se refere o § 1º deste artigo no período.

§ 11 - Durante o período da convocação, ficam os policiais militares sujeitos às normas administrativas e de serviço em vigor nos órgãos em que atuarem, e às normas de hierarquia e disciplina da Corporação.

§ 12 - O número de convocados nos termos deste artigo não poderá ultrapassar o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do efetivo da Corporação.

§ 13 - O policial militar convocado poderá ser designado para atuar nos Poderes Judiciário e Legislativo, no Ministério Público, na Defensoria Pública do Estado, no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Contas dos Municípios, bem como nos Órgãos Federais e de outros Estados e Municípios, mediante celebração de convênio do qual não resulte ônus para o Poder Executivo.’ (NR)

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966.

Art. 12 - Ficam revogados o § 2º do art. 82 e o inciso I do caput do art. 83 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, o art. 22 da Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, e a alínea “b” do inciso I do art. 16 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os arts. 6º, 7º, 8º e 9º que passarão a vigorar a partir de 01 de junho de 2019, ficando nesta data revogado o Anexo II da Lei nº 13.809, de 04 de dezembro de 2017.”

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo acrescentar um novo art. 10 ao Projeto de Lei nº 22.985/2018, renumerando-se os demais, para dispor sobre os requisitos para a convocação remunerada de militares da reserva.

Ante o exposto, e considerando que o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, além de não existirem restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2018.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, nós sabemos, e é próprio do Regimento Interno, que nos projetos em regime de urgência, não cabe vista.

Ocorre que o deputado Rosemberg, em seu parecer, que ele elaborou, deve ter passado umas duas noites debruçando-se sobre esse projeto para elaborar esse parecer, ele inovou completamente o projeto de lei. Inovou uma emenda que inova, traz elementos completamente inimagináveis nesse projeto.

Eu acredito que até a Bancada da Situação não entendeu o que pretendia o deputado Rosenberg. Eu não o verei, presidente, como magistrado que busca zelar pelo bom debate nesta Casa, se não permitir que nós tenhamos um tempo para poder analisar esse novo projeto de lei, que o governo apresenta a esta Casa, através do parecer do deputado Rosenberg Pinto.

É! Mas é! Assim é o chamado jabuti! Assim como foi a emenda do Planserv plantado naquele projeto, que cria taxa do Detran, plantaram lá a emenda do Planserv. Na reforma administrativa, plantaram a emenda da Previdência. Assim fizeram aqui, agora.

Para que não houvesse debate, o deputado Rosenberg apresentou um novo projeto de lei, praticamente. Ele só falou sobre essa questão que ninguém tinha conhecimento. Disse que o governador pretendia isso, que o projeto queria isso.

Eu sei que V. Ex.^a não vai concordar, eu sei que não vai! Mas vou deixar registrado nos Anais desta Casa esse pedido pelo bom senso, esse apelo à sensibilidade de V. Ex.^a.

Eu sei que a ordem hoje, aqui, é tratorar! É esmagar! O povo já sabe disso, tanto é que nem vem mais aqui. O deputado Marcelo Nilo sempre dizia aqui, nesta Casa: “Essa Casa podia fechar e botar o servidor ali na porta com o carimbo: aprovado, aprovado, aprovado, aprovado, sem passar por aqui!” É assim que está sendo. É por isso que o povo não vem aqui. Tentaram vir terça-feira, barraram, botaram a polícia. O povo vem aqui fazer o quê? Já sabem o resultado.

Eu sei que V. Ex.^a não vai conceder, tenho certeza disso, mas não posso deixar de registrar, de deixar consignado nesta Casa que o deputado Rosenberg, na verdade, fez: elaborou um novo projeto para, mais uma vez, de forma escondida, fazer aquilo que o imperador quer e precisa.

Por isso, peço a V. Ex.^a que nos conceda o tempo necessário, através de vistas, para que nós possamos analisar esse projeto. Sei que V. Ex.^a vai negar, sei que irá, mas é um pedido que vai ficar registrado nos anais desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Indeferido, deputado.

Em discussão o parecer...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nem uma razão para indeferir?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Em votação o parecer...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não vai justificar a razão?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, infelizmente, V. Ex.^a goza de um prestígio grande com esse presidente, mas sua questão de ordem está indeferida.

Em votação o parecer do relator, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Queria que marcasse meus 5 minutos regulamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Formule, deputado.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Estou falando, os 5 minutos são meus, uso como eu quiser. Zé Neto não vai...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Por favor, operador, marcar o tempo de 5 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Já marcou, o tempo está correndo.

Zé Neto atropela os dele, aqui não. Ele manda lá, aqui não! Os 5 minutos são meus, uso da forma como entender mais conveniente.

Mas eu queria... Eu não posso, Sr. Presidente... Nós vamos votar um projeto no âmbito das comissões agora, um projeto tão polêmico como o que ora se apresenta, um projeto que os próprios servidores públicos, que são os professores da Bahia, já desencantaram e nem aqui vieram sequer para pedir que analisasse diferente, a não ser que o governador esteja querendo fazer com esse projeto o que fez com a PEC, o que fez com o projeto da Conder. O projeto da Conder é a prova mais cristalina, é a prova mais evidente de completa desmoralização do Parlamento baiano.

O governador manda um projeto para cá, Zé Neto, regime de urgência, manda o aparato policial do estado todo para impedir o povo, impede a imprensa, vota o projeto, aí, depois o governador diz: “Não, venha cá vocês, vou chamar vocês, porque quem manda aqui não é a Assembleia, não, quem manda aqui sou eu. O que é que vocês querem que eu tire do projeto? É isso aqui que vocês querem que eu tire? Vou tirar. A Assembleia votou, mas a Assembleia faz o que eu quero!” Só posso entender assim.

Porque nós votamos, aquele aparato expulsou o povo, fez tudo! Votamos, e o governador disse: “Agora, não! Eu sanciono o que quero! A Assembleia não tem poder!” E nós calados, como estamos aqui, ele vai continuar a fazê-lo, vai continuar a fazê-lo.

O projeto da PEC também. Nem o governo tem convicção do que está querendo fazer, nem o governo tem essa convicção. Ele manda, devolve, aprova, ele veta o próprio projeto dele, daí... E nós votarmos calados? Isso é a desmoralização do Parlamento baiano, sinceramente. Nós não podemos concordar com isso. Sabemos do número expressivo que a Base do Governo aqui tem, sabemos da determinação que vem para que seja tratorado tudo aqui, seja votado na maior rapidez possível, impedindo até que as representações partidárias pudessem usar os microfones, no seu tempo, para fazer as suas colocações nesta sessão, mas nós não podemos permitir que isso passe sem os protestos da Oposição. E é isso que nós estamos fazendo aqui hoje.

Eu sei, eu reconheço que muitos dos deputados que aqui estão, não estão fazendo isso da forma como gostariam de fazer. Estão constrangidos. Precisam fazer, mas estão constrangidos. Porque no momento em que a educação da Bahia é tida como a pior do Brasil, e o governador vai exatamente para cima dos professores para cortar aquilo que deveria ser o incentivo, que é a formação profissional, dá para se entender, aliado ao fato de ter aprovado um projeto em regime de urgência... repito: foi enviado pelo governador para os porões desta Casa, escondido do povo, protegido

pelo aparato policial, e o governador, ao receber a aprovação desta Casa, diz que não vai sancionar, que vai vetar aquilo que melhor lhe convém, é ferir de morte o espírito público da tríplice divisão dos Poderes.

Eu quero, Sr. Presidente, ao finalizar a minha fala, e aí o deputado Rosemberg está um tanto quanto ansioso para convocar os seus membros das comissões, pedir que V. Ex.^a faça uma verificação de quórum, no âmbito das comissões, para que possamos apreciar, no âmbito das comissões, mesmo que de forma aligeirada. Eu quero desde já me inscrever, Carlinhos, para discutir, no âmbito das comissões, esse projeto de lei.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado Luciano, eu tenho um respeito muito grande por V. Ex.^a. Na realidade, eu até me penitencio aqui de não ter conversado com V. Ex.^a antes de ler o parecer, porque esse parecer, e eu tenho o cuidado de debater com diversos segmentos, aconteceu... e é verdade, V. Ex.^a já falou, talvez até numa brincadeira, disse que eu gastei dois dias para conversar. Não. Mas é verdade, nós gastamos algum tempo, sim, porque foi discutido com a APLB, que é representante dos educadores, dos sindicatos, foi discutido, fizemos uma grande discussão. É lógico que não houve concordância em 100% da parte desse relator, mas também não houve concordância em 100% por parte... do projeto que nós tínhamos apresentado por parte da APLB. Encontramos alguns caminhos. Só vou dizer aqui, deputado Luciano, para ficar registrado: primeiro, o projeto de lei que diz respeito, ou os artigos que dizem respeito, no projeto de lei, a essa alteração, terá aplicabilidade a partir do ano de 2019, a partir de 1º de junho, para que fosse garantido ajustamento, nesses próximos 6 meses, de todos os servidores que estão transitoriamente nessa situação; outra coisa, reduziu de 360 horas para 260 horas o mínimo para a validade dos cursos. Ou seja, amplia a possibilidade de apresentação dos cursos, reduzindo, inclusive, as horas dele, retornando também aos percentuais originais de gratificação.

Quero dizer aqui, deputado, e disse isso, que não reduziria os percentuais, e falei no meu relato... só para ficar claro aqui, não tira nenhum direito a um regramento para frente, a partir de 1º de junho, inclusive, mantem os percentuais atuais do projeto de lei em vigor.

Então, eu acredito... e aí V. Ex.^a tem razão, quando levanta a inclusão dos policiais militares, V. Ex.^a tem razão. Mas eu conversei com o deputado Prisco, isso é uma reivindicação antiga dos policiais militares que, na minha opinião, regulamenta isso e dá possibilidade aos policiais militares trabalharem nessa situação, sem necessariamente estar à margem do regramento legislativo.

Então, eu peço desculpas ao deputado, se não conversei anteriormente, mas tudo foi feito, é verdade, gastei... eu não digo que foram duas noites, mas gastei um tempo dialogando com o governo do estado, com a Secretaria da Educação que fez esse trabalho também junto com a APLB.

Quero pedir para que mantenha o prazo regimental dos 15 minutos nas comissões do deputado Zé Neto...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação no âmbito das comissões. Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu pedi verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há pediu verificação de quórum? OK. Então...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quórum, quórum, quórum a outra eu não vi. Comissão de Constituição e Justiça, deputado Rosemberg.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, eu queria só salientar que a emenda última que chegou agora, ela foi fruto de uma conversa com APLB, e nessa conversa com APLB ficou definido que...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, o deputado Zé Neto...

O Sr. Zé Neto Lula:- ...que os percentuais...

O Sr. Luciano Ribeiro:- ...está gastando tempo, porque ele não tem membros da comissão aqui.

O Sr. Zé Neto Lula:- Não, só um minuto. Não, não, não é uma informação importante.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ele está querendo ganhar tempo. V. Ex.^a precisa conceder uma questão de ordem...

O Sr. Zé Neto Lula:- Informação importante...

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) Precisa cumpri-la. Depois Zé Neto vai ter...

O Sr. Zé Neto Lula:- Luciano!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nós teremos aqui uma semana para debater.

O Sr. Zé Neto Lula:- Não. É uma informação importante, Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Importante, tudo é.

O Sr. Zé Neto Lula:- E aí, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Formule a questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sem questão de ordem. Ele está discutindo... (Inaudível)

O Sr. Zé Neto Lula:- É bom salientar que para, inclusive, a nossa bancada ter consciência do que vai votar, eu quero dizer à bancada que esta última emenda foi feita por acordo, com a representação dos professores, os percentuais voltaram ao que era, 10% para...

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Zé Neto Lula:- (...) 270 horas. O que houve aí...

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem.

O Sr. Zé Neto Lula:- (...) foi uma redução de 360 para 270. Antes a norma trazia 360. Quero dizer aos deputados e deputadas que ficou os 20% para o mestrado, os 15% para a especialização, como era antes, e os 25% para o doutorado.

Portanto, a negociação avançou, e a lei que era para vigor agora, deputada Fabíola, conforme o acordo celebrado agora a pouco, estará sendo objeto de vigência a partir de junho de 2019.

Portanto, volta ao regramento anterior os percentuais, ficando com 10% para 270 horas, 15% para especialização, 20% para mestrado e 25% para doutorado. Pelas contas aqui V. Ex.^{as} estão vendo que não haverá nenhum corte. Os professores poderão alcançar os 50% dos salários, com gratificações. E também salientar que o projeto é fruto desse entendimento, essas mudanças estão dando condição de haver, por parte dos professores, a aceitação desse projeto que o governo, compreendendo que era possível fazer uma distensão, caminhou no sentido de fazer essa composição. Essa composição dá muito mais conforto para a nossa bancada votar com o governo e com aquiescência, inclusive, de parte do que foi remetido para o governo pela APLB.

Portanto, uma parte muito significativa do que foi remetido foi aceita, as questões foram aceitas, e eu queria passar isso para a bancada para que possa votar confortavelmente nesse projeto.

O Sr. Bobô:- Presidente, questão de ordem, presidente. Presidente, questão de ordem!

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Bobô, em primeiro lugar, deputado, porque ele pediu antes.

O Sr. Bobô:- Presidente, deixe eu entender...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado Bobô.

O Sr. Bobô:- (...) Eu ouvindo agora, aqui, a fala do deputado Zé Neto, nosso Líder... isso nos causa uma estranheza, e é por uma questão apenas de ajuste. Nós estivemos até agora, neste momento, coisa de 3 minutos, saímos da nossa sala, da sala do Líder Fabrício Falcão, com o presidente da APLB, que não nos disse exatamente isso.

Eu acho que para que a gente possa ter um conforto e um melhor debate, é necessário que a gente tenha um tempo suficiente para conversar com o presidente da APLB para que a gente acorde isso, senão, é necessário também, se for o caso... aí eu peço ao deputado Zé Neto que retire de pauta esse projeto para que a gente possa melhor debatê-lo! Porque há contradição nessa questão. Zé Neto afirma que houve, e o presidente da APLB afirmou agora há pouco que não houve nenhum tipo de acordo.

Então, por gentileza, presidente, apenas estou pedindo para Zé Neto, inclusive, que reveja essa questão para que a gente tenha um tempo para poder discutir, porque, senão, nós vamos nos posicionar, inclusive, contra o projeto.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ora, Sr. Presidente, cumpra... V. Ex.^a... um minutinho Alan. V. Ex.^a está fazendo com que a Oposição ganhe tempo, porque perdoe a franqueza...

O Sr. Alan Sanches:- Não, o tempo está contando.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas V. Ex.^a já deu.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então peça ao seu colega para retirar a questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas V. Ex.^a já deu. Já deferiu a questão de ordem, eles não têm número na comissão aqui para votar o projeto. V. Ex.^a tem que contar, depois concede as questões de ordem.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Presidente, não cabe questão de ordem. Não cabe questão de ordem! Presidente, estamos em votação.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, primeira coisa: eu peço que o senhor... já tivemos aqui três questões de ordem, eu serei a quarta, e o tempo não está contando. O tempo já foi aberto. Agora eu queria dizer o seguinte: depois de ouvir o discurso aqui do deputado Raimundo Bobô...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Um momentinho, deputado. Operador, questão de ordem são 5 minutos, querido.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Presidente, não existe questão de ordem em votação, presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, na verdade... Sr. Presidente, a gente estava aqui observando, fui pego de surpresa, primeiro, porque a gente não vê aqui a presença dos servidores, dos professores para que a gente possa ver exatamente e sentir se eles estão satisfeitos com essa mudança de gratificação, com este projeto, ou não. Mas quando eu chego aqui e percebo que o deputado do PCdoB, que é ligado ao sindicato dos professores, questiona o seu próprio Líder, significa que essa coisa não está resolvida. E eu tenho certeza de que tanto os deputados do Governo como da Oposição não estão satisfeitos nem seguros para votar este projeto.

Então, peço ao senhor, realmente, que retire este projeto da pauta para que a gente possa tomar conhecimento desse novo relatório, desse novo projeto que é um substitutivo. Essa emenda que o deputado Rosenberg apresenta aqui é um substitutivo do projeto da gratificação...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Presidente, eu estou pedindo há um tempo aqui, é sobre a ordem dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Existe uma verificação de quórum.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Tem uma questão de ordem, presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, assim eu não posso concluir. Eu quero o meu tempo assegurado. Eu tenho 5 minutos para formular a minha questão de ordem e quero terminar. Pelo menos, que o senhor consiga segurar o meu tempo.

Então, eu acho que esta Casa, hoje, não está confortável nem segura para votarmos este projeto, que será maléfico, mais uma vez. É uma continuação do projeto de maldades do Sr. Rui Costa!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, já foi concedida a questão de ordem, eu agradeço. Então, como presidente da Comissão de Educação, nós sabemos da responsabilidade que esta Casa tem pelos índices educacionais de toda a Bahia. Não só pela sua melhoria desses índices, como também da valorização dos professores.

Entendo que a mudança de critérios de gratificação, de aperfeiçoamento profissional, vinculando tão somente a melhoria do ensino, é desejável, porém, injusta porque é um desestímulo ao aperfeiçoamento individual, profissional de cada um dos professores que querem se especializar, que querem fazer um curso de mestrado ou doutorado.

Quero também me associar às palavras do deputado Bobô, quando nós colocamos, aqui, que as emendas não podem chegar a esta Casa, nesta manhã, serem incorporadas pelo relator, e nós queremos um debate franco. Havia sido dado a promessa a nós, inclusive pelo governador, do debate com os membros da APLB, com alguns membros, como eu, que tem entre as suas defesas a pauta da educação e a pauta do fortalecimento do funcionalismo.

O deputado Bobo trouxe aqui uma questão: nós queremos que este projeto seja retirado de pauta para que haja um debate, um debate equilibrado, um debate no qual a gente fique conhecendo o que está sendo incorporado ao projeto.

Eu não me sinto confortável depois de conversarmos com, junto a alguns deputados, como o deputado Bobô, deputado Fabrício, deputado Zó, os integrantes da APLB que disseram que foram incorporadas emendas que não foram acordadas.

Então, eu quero aqui, como Base do Governo, sempre estive aqui para dar 100% de quórum, sempre estive aqui votando, mas eu quero compreender essas emendas, eu quero compreender o que foi que houve de consenso, porque a mim me parece que não houve consenso. Claro, sempre há um momento de aperfeiçoar, mas eu acho que há uma questão básica aqui, que eu quero dizer que é o cerne da questão: quando nós condicionamos a gratificação ao aperfeiçoamento profissional de um professor, condicionando a melhoria de índices de uma escola, nós estamos na verdade jogando o peso praticamente, majoritariamente no professor, quando nós temos outras coisas que levam ao mau desempenho.

Eu já falei sobre isso: a alfabetização, que temos ainda índices baixos; o aprendizado na idade certa; a desestruturação das escolas; os municípios, que aí não é culpa do governo nem nada. Os municípios: tivemos recentemente um estudo, onde

97% das escolas municipais tiveram um índice ineficiente de aprendizado entre seus alunos. Logo, se não temos um bom início de formação escolar no ponto de partida, não é possível que no ensino médio esses estudantes consigam, com escolas estruturadas...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concluindo, nobre deputada.

A Sr^a. Dra. Fabíola Mansur:- Eu vou concluir no meu tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Formule, deputada!

A Sr^a. Dra. Fabíola Mansur:- Eu vou formular a minha questão de ordem.

Mas não é possível que nós tenhamos o peso do professor, que para ter a sua gratificação progredida, nós tenhamos de aliar à melhora da escola. Queremos, sim, cuidar para melhorar os índices escolares na Bahia, lutar por uma educação de qualidade, porém com novas premiações, com premiação para as escolas, redução de ICMS para municípios que cuidarem da educação.

Eu estou aqui questionando emendas que chegaram agora, o Líder diz que houve consenso. Nós acabamos de vir de uma reunião na qual não houve consenso. Então eu quero que a gente esclareça. E até que esclareça, a minha questão de ordem é que a gente peça uma pausa nesta sessão. E o nosso pedido é a retirada, se possível, desse projeto para o governo dialogar, dialogar mais com a categoria à qual nesse momento tenho tranquilidade em defender, porque eu não defendo a categoria, sou aqui defensora da educação de qualidade.

Todos nós somos culpados se os índices estão ruins, mas nós temos que encontrar as soluções conjuntas, Sr. Presidente. E não me parece que votar esse projeto, que foi votado em regime de urgência na sexta-feira...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(...) sem a minha anuência, porque eu não estava mais na sessão... A gente possa ter emendas que chegaram agora nesse minuto, que a gente possa ter a tranquilidade e maturidade para votar, enquanto Base do Governo. Eu quero só o diálogo, eu quero que a gente debata, eu quero que a gente postergue um pouco. E isso se chama democracia, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Eu pedi antes.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado Paulo Rangel solicitou primeiro, depois é V. Ex.^a.

O Sr. Marcell Moraes:- O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Sr. Presidente, quem quiser fazer defesa, quem quiser fazer solicitação de retirada de projeto, sobe na Tribuna e faz. O Regimento é claro, e o deputado Luciano alertou. O deputado Luciano fez uma questão de ordem pedindo verificação de quórum. Cabia a um deputado da situação rebater. O deputado Rosemberg Pinto rebateu. O deputado Zé Neto, bem-

intencionado, fez uma questão de ordem, e V. Ex.^a atendeu indevidamente. E isso gerou esse debate. Mas nós já estávamos na fase de votação.

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Portanto, a minha questão de ordem vai na linha, realmente, do ordenamento dos trabalhos. Eu gostaria que V. Ex.^a abrisse o tempo regulamentar de 15 minutos para, se possível, restituirmos o quórum nas comissões, para que possamos votar esse projeto e acabar qualquer debate aqui. Qualquer deputado terá tempo para fazer a discussão.

O Sr. Marcell Moraes:- Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Marcell.

O Sr. Marcell Moraes:- Primeiro, abriu precedentes. Então, acho que todo parlamentar tem direito aqui a pedir questão de ordem. Se abriu para um, deve abrir para os 63.

Sr. Presidente... deputada Fabíola, eu fiquei muito feliz com a fala de V. Ex.^a, mas V. Ex.^a, que está aqui desde o início do mandato... É assim que o seu governo trata a nós, deputados. V. Ex.^a teve oportunidade de defender tantos projetos do governador que também chegaram aqui com emenda de última hora, e V. Ex.^a ficou quieta. Mas também não posso deixar de parabenizar o PCdoB por essa postura, o deputado Fabrício, professor, e os professores daqui. Minha mãe é professora, eu sei dentro de casa qual é a luta de um professor. Eu fico muito feliz quando eu vejo um professor, que é o deputado Fabrício, se defendendo. Em contraponto, fico muito triste de ver o deputado Zé Raimundo, um professor da UESB, apoiando esse projeto do governo.

Então, presidente, repito: o Parlamento baiano está como uma secretaria do governador Rui Costa. O Parlamento baiano precisa se respeitar. O papel de um deputado é fazer leis que não gerem custo para o estado e fiscalizar o Executivo. E aqui não se faz isso: é a bancada do amém e projeto de deputado aqui não está sendo votado. O governador acha que isso aqui é uma secretaria de governo dele, e precisamos rever.

Desde o início do mandato é assim: a Oposição é atropelada, os baianos são atropelados, aí coloca o nome de Rui “Correria”. É correria dos professores, corre dos professores. Corre dos deputados, porque que não paga emenda dos deputados, desrespeitando uma lei. Então, deputada Fabíola, V. Ex.^a está sentindo hoje na pele o que o Parlamento baiano vem sentindo desde o primeiro dia em que a senhora chegou aqui: que o seu governador desrespeita a todo momento. Fiquei muito feliz com o seu posicionamento, e ao mesmo tempo muito triste, porque se levou 4 anos, 3 anos e 9 meses para V. Ex.^a enxergar que as emendas aqui chegam de última hora e que a bancada do amém nem lê as emendas.

Aí eu faço um desafio à bancada do amém: qual a emenda que está sendo apresentada? Aí, não sabe. Aqui não pode ser uma secretaria do governo. O Parlamento baiano precisa ser respeitado, o Parlamento baiano precisa votar projetos dos deputados e não ficar “Amém, amém, amém!” o tempo todo. É lastimável, Sr.

Presidente, ser deputado hoje. Vocês foram eleitos para defender o povo. Mas não, estão defendendo o governador. O governador pode chegar aqui com qualquer projeto, deputado Prisco, qualquer um, que a bancada do amém vai dizer: “Amém!”. Não lê. Qual o papel de um deputado, qual o papel de vocês estarem aqui? Não é só o dinheiro no bolso no final do mês. É isso? Cadê? Cadê a discussão? São professores, Robinho, são professores, Marquinhos, e não podemos fechar os olhos. São servidores públicos que estão sendo constantemente enganados.

Então, Sr. Presidente, essa é uma questão de ordem para dar uma pausa nessa sessão e botar uma discussão maior, para esse projeto ser votado numa nova oportunidade, porque marcaram 10h da manhã, a maioria dos deputados aqui vai ser diplomada. Eu sugiro que V. Ex.^a retire de pauta e em um novo momento, no momento oportuno, leve para discussão e não fique só nesse projeto, e a bancada do amém falando isso.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, estou aqui assistindo V. Ex.^a presidir um samba do crioulo doido. O Regimento já foi rasgado diversas vezes aqui hoje com o beneplácito de V. Ex.^a. V. Ex.^a anunciou a votação; tempestivamente o Líder da Oposição, deputado Luciano Ribeiro, fez a sua questão de ordem, solicitando uma verificação de quórum no âmbito das comissões; de igual modo, tempestivamente, o deputado Rosemberg Pinto contraditou, solicitando abertura de tempo dos 15 minutos. E V. Ex.^a, daí em diante, se perdeu e deixou que acontecesse, neste Plenário, esse imbróglio a que chegamos.

Eu estava aqui a torcer que aparecesse uma voz sana para tentar corrigir, colocar o bonde nos trilhos. E, enfim, surgiu a oportunidade que lhe foi dada pelo deputado Paulo Rangel, que de forma equilibrada, sensata acenou para V. Ex.^a a bagunça que se instalou no Plenário. E mesmo assim V. Ex.^a continua a conceder questões de desordem.

Eu solicito de V. Ex.^a, com a devida vênua, que defira as questões de ordem dos deputados Luciano Ribeiro e Rosemberg Pinto e proceda à verificação de quórum no âmbito das comissões, porque fora disso, amigo...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.k., deputado, V. Ex.^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a verificação de quórum na Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum na CCJ.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a verificação de quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum na Comissão de Educação.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a verificação de quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos em contrário dos deputados da Oposição que compõem as comissões.

Em Plenário. Para discutir, o Projeto nº 22.985/2018.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- É...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pronto, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Marque meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Operador, por favor, 5 minutos para o deputado Luciano.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Pela ordem, Sr. Presidente

O Sr. Luciano Ribeiro:- Gostaria que V. Ex.^a fizesse uma verificação de quórum, no Plenário, para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido, nobre deputado.

Atenção, Srs. Deputados.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, eu estou aqui, Fabíola pedindo questão de ordem, eu pedindo, para marcar o prazo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Luciano Ribeiro, V. Ex.^a solicitou o quórum de continuidade ou de votação?

O Sr. Luciano Ribeiro:- De continuidade da sessão, porque eu vou discutir essa matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ah, se é de continuidade, não pediu nominal, há mais de 21 Srs. Deputados no Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputada Fabíola, questão de ordem.

O Luciano Ribeiro:- Eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pediu nominal? Ele não pediu. Ele não pediu nominal, ele pediu verificação de quórum.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nominal, claro.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, ele agora retificou. Mas, ele não tinha pedido nominal.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Aderbal Caldas. Zere o painel aí, operador, por favor. Marque o tempo regulamentar de 15 minutos para verificação de quórum.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem da deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, acho que nós precisamos... Eu estou tomando ciência agora da emenda que foi proposta, uma das quais retira a redução da gratificação. Esse era um pleito significativo, onde nós não concordávamos em reduzir a gratificação de professores que fossem fazer cursos – sejam de especialização, mestrado ou doutorado – para aperfeiçoamento profissional. Essa emenda chegou há pouco mais de 10 minutos, lida pelo deputado Rosemberg, mas continha no seu bojo uma série de outras mudanças.

Até entendemos que muitos pleitos foram atendidos, e nós tivemos aqui uma proposta de continuar a negociação quando da regulamentação da lei. E em virtude de termos não mais a redução da gratificação, em virtude de termos alguns itens que foram contornados e a promessa de discussão... Porque nós queremos, sim, a melhoria do ensino, como eu já disse, mas não podemos ter, apenas, o professor como o culpado, caso esses índices não sejam melhorados. E queremos sempre que o nosso governo estimule o aperfeiçoamento profissional. Estávamos desconfortáveis em votar uma redução na gratificação. Nós que entendemos que, não só na educação como na saúde, nós temos que ter meritocracia, nós temos que ter responsabilidade. Não nos parecia, então, para a redução, o momento nem a forma mais adequada.

Quero aproveitar essa questão de ordem e convidar todos os colegas que se encontram nos seus gabinetes ou na sala do cafezinho para virem votar. Mas quero dizer que essa forma, às vezes, de votação em regime de urgência gera esse tipo de coisa, quando não há tempo suficiente para se fazer um debate qualificado e responsável. Entendo que seja a melhor situação quando estamos mexendo com categorias, como o caso dos professores, um debate mais amplo e qualificado.

E eu quero deixar aqui registrado que, como presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, nós tivemos, nesse fim de semana, todos esses debates sendo feitos com secretários, com membros do sindicato, com professores...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deu quórum, Sr. Presidente.

A Sra. Dra. Fabíola Mansur:- (...) e até com o governador.

E eu vejo que parte daquilo que era solicitado foi atendido, numa demonstração de que há uma vontade de negociar. Eu só peço aqui, para me sentir confortável a votar... E já tive a promessa de negociação do critério de concessão de gratificação associado à melhoria do ensino ser regulamentada, para saber que critérios são esses. Que sejam coletivos, mas que mantenham a gratificação individual daquele...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há quórum.

A Sr^a. Dra. Fabíola Mansur:- (...) professor que quis se aperfeiçoar, Sr. Presidente.

Eu agradeço a V. Ex.^a e agradeço aos pares que estão aqui nos ouvindo...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputada.

A Sr^a. Dra. Fabíola Mansur:- (...) e se preocupam com a educação, por isso estão fazendo esse debate qualificado, mesmo antes, de no dia da nossa diplomação... É nosso dever aqui nesta Casa, conhecer os projetos, votá-los, discutindo amplamente, democraticamente, que é como a gente está fazendo. Sendo leal, mas leal também aos valores e àquilo que a gente acredita e entendendo que o governo fez a sua parte e conseguiu avançar em muitos dos pleitos da categoria.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há quórum regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir a matéria, o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, infelizmente nós estamos fechando essa legislatura, dentro de mais alguns dias, acredito eu, de forma vergonhosa, de forma obscura, a ponto de rebelar membros da própria Base do Governo, como ocorreu aqui hoje com alguns deputados do PSB e alguns deputados do PCdoB.

A força do governo, a lâmina do trator do governo é tão potente, tão afiada, que chegou a um ponto de sangrar, de revoltar deputados da sua própria base. E o governo se dá ao luxo de fazer qualquer modificação em algum projeto de lei em apenas 10 minutos. E ainda se diz aqui que estão discutindo o projeto de lei. Em apenas 10 minutos, num lance rápido, como se fosse um ataque da Seleção Brasileira de 1982, ameniza-se o problema. É dessa forma que o governo faz.

Aliás, na semana passada, eu tive oportunidade de participar de uma reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento desta Casa, meu caro presidente, e eu ouvi um deputado, um colega nosso, que vou preservar o nome, dizer: “Se a Casa Civil mandou, nós temos que votar. Não temos o que discutir mais aqui”. Infelizmente, a gente tem que ouvir uma coisa desse tamanho no Parlamento, na Casa que, exatamente, tem o mister de discutir, de debater tudo aquilo que diz respeito aos interesses do povo da Bahia, aos interesses dos baianos e das baianas. Infelizmente, é dessa forma que nós estamos aqui praticamente a encerrar esta legislatura. É, de uma vez por todas, homologando, configurando, reafirmando que na Bahia, em nível estadual, não existe Poder Legislativo. Poder Legislativo simplesmente é um estirão, é uma extensão, melhor dizendo, do gabinete do governador, da Casa Civil do governador, que manipula e faz aqui da forma que quer e bem entende.

Veja que esse projeto de lei – que, em princípio, retira vantagens daqueles professores que procuram se aperfeiçoar no intuito de aplicar o ensino melhor para os estudantes – é mais uma atitude, mais um ato do governo, de forma atropeladora, dizendo que está fazendo tudo isso para ajustar as contas do governo do estado. Retira vantagens dos professores.

Um governo que não construiu nesses 12 anos, meu caro deputado Nelson Leal, futuro presidente desta Casa, não construiu sequer cinco escolas no estado da Bahia. E se dá ao luxo de, ao contrário, fechar escolas em todo o estado da Bahia. E agora vem tentando retirar vantagens dos professores e professoras do nosso estado. Eu tenho denunciado, chamado a atenção, observado, aqui desta tribuna, de como o governo do estado gasta mal. O governo arrecada bem, porque tem um corpo técnico excepcional, que são os funcionários fazendários. Portanto arrecada bem, mas gasta mal. Falei aqui e tenho falado dos valores de débitos de exercícios anteriores, os famosos DEAs, que representam aquilo que o governo gastou sem ter receita e montam em mais de R\$ 6,5 bilhões, nesses últimos 4 anos.

Falei aqui das PPPs que o governo da Bahia promoveu também nesses 4 anos, a exemplo da PPP do metrô de Salvador, que, de fato, é um serviço público. O fato do governo subsidiar, não vejo nenhum problema. Somente discuto e chamo a atenção para o valor desta PPP do metrô de Salvador. O governo tem que pagar aproximadamente 200 milhões por ano, aproximadamente 200 milhões por ano. Se no metrô não entrar um passageiro sequer, durante o ano todo, a empresa tem lá seus 200 milhões garantidos no final do ano. Valor exagerado, mas concordo que seja um serviço público e por isso é compreensível se ter esse subsídio.

Agora absurdo é a Fonte Nova. Absurdo é a Fonte Nova. Futebol é negócio. Qualquer pessoa que vai à Fonte Nova assistir a um jogo de futebol ou assistir a um show artístico paga o seu ingresso. Portanto não é serviço público. Mas, mesmo assim, o governo da Bahia entendeu de subsidiar. Entendeu de subsidiar.

E, não obstante essas dificuldades que o governo tem apresentado à sociedade baiana para ajustar as suas contas, para apertar o bolso do funcionário público, para desmontar o Planserv, não obstante tudo isso, na calada da noite, de sábado para domingo, ou de sexta para sábado, saiu publicado no Diário Oficial do Estado o reajuste desse subsídio da Fonte Nova, que agora, a partir de novembro até dezembro do ano que vem, monta em R\$ 168 milhões. Pois bem, para ajudar a bancar um negócio, porque se a Fonte Nova, se o futebol, se show artístico fossem serviço público, se fossem de graça num programa cultural ou num programa desportista, está certo que se entenderia, conceberia o subsídio. Mas o que nós estamos assistindo é ao governo da Bahia promover, subsidiar negócios em detrimento do bem-estar do funcionário público. Aliás, bem-estar, vírgula: funcionário que não teve reajuste durante esses 4 anos; funcionário que viu sendo onerada a sua contribuição para a Previdência estadual; funcionário que presencia o desmonte do seu único plano de saúde, que é o Planserv; e, ao mesmo tempo, a gente assiste a atitudes como essa desse governo que se diz governo popular.

E aí, eu quero fazer aqui um desafio aos deputados da Base do Governo, mais especificamente aos deputados do Partido dos Trabalhadores, que tem como concepção, que tem como origem a defesa do trabalhador e da trabalhadora brasileira. Eu queria que alguém subisse aqui a esta tribuna para vir defender esse pacote de maldades do governo da Bahia. Mas tem também os deputados do PCdoB, aquele partido que tem como concepção a comuna, o que é comum, “as riquezas têm que ser divididas por todos”. Ainda bem que, há pouco, aqui se rebelaram um pouco

membros do PCdoB contra esse projeto que reduz, que extermina com gratificação, com incentivo dos funcionários, dos professores do estado da Bahia.

Da mesma forma deputados do PSB, Partido Social Brasileiro, que defende o social. E não vejo aqui, meu caro deputado Angelo Almeida, V. Ex.^a que é um deputado atento, assíduo nesta Casa, mas nós não presenciamos nenhum deputado da Base do Governo, acentuadamente do Partido dos Trabalhadores, do PSB e do PCdoB subirem a esta tribuna para defender esse pacote de maldades, esse pacote de ruindade do governo da Bahia, que agora entende que, em apenas 2 meses, se estabeleceu na Bahia uma crise financeira, orçamentária e fiscal. Eu nunca vi isso em lugar nenhum. Uma crise para chegar ao tamanho dessa que chegou na Bahia, pelo menos, é preciso 1 ano. Aqui, não! Aqui até outubro estava tudo muito bem. A Bahia era o exemplo de gestão fiscal, era o exemplo de gestão pública e dessa forma engabelou 75% dos baianos que deram mais uma vez a oportunidade ao Partido dos Trabalhadores de continuar governando a Bahia.

Como dizia Octávio Mangabeira, e repetiu a senadora Lídice da Mata: “Na Bahia tudo chega atrasado.”

Então o povo da Bahia ainda não entendeu que essa forma de governar do Partido dos Trabalhadores tem sido nociva ao desenvolvimento da Bahia, ao desenvolvimento do seu funcionalismo e, de certa forma, até às práticas democráticas. É o que nós temos visto aqui nesta Casa.

Por isso quero manifestar aqui o meu protesto com relação a esse pacote, alguns PLs já foram votados, outros estão sendo votados. A cada dia a gente acorda com mais novos projetos de leis em regime de urgência. Tem sido assim. Semana passada faltavam votar apenas a PEC, o projeto de lei que altera a LDO, que vou ter a oportunidade de voltar aqui a esta tribuna para comentar a LDO... Mais um deslize do governo do estado quando tenta corrigir dados da LDO, do Orçamento de 2017 somente agora. O governo se dá a esse luxo. Uma verdadeira pedalada fiscal. O governo fecha o ano de 2017 com dados da sua dívida pública, e hoje, já no final de 2018, quer consertar, quer reparar um ato administrativo do ano de 2017.

Tudo isso nós temos visto aqui nesta Casa, infelizmente, encerrando esta legislatura da forma mais inadequada possível para um regime democrático, onde os poderes são autônomos, e que tem que ter respeito entre ambos.

Portanto, presidente, quero manifestar aqui o meu protesto, manifestar aqui a minha solidariedade a todos os funcionários e funcionárias públicos do estado da Bahia e pedir a Deus que, de fato, com essas medidas o governo consiga sanear a sua gestão fiscal. Porque a minha preocupação inclusive, como funcionário público que sou, é que em pouco tempo, meu caro deputado Targino Machado, a gente tenha que presenciar o governo da Bahia atrasando salários ou parcelando os salários. Talvez para pagar a língua, porque achou que comparar gestão fiscal de um estado com outro estado seria desculpa para apresentar à sociedade baiana, para a apresentar a esta Casa, sobretudo que é a Casa que deveria preservar a sua responsabilidade de fiscalizar os atos do Poder Executivo, como também de legislar sempre com

responsabilidade e em benefício, primeiro, da sociedade baiana, e não para atender os interesses do governo do estado.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, demais membros desta Casa, é um verdadeiro absurdo ver o governo que tanto pregou o discurso do trabalhador, em pleno final de ano, vir com um pacote desse que ele tanto criticou no passado. O pacote de maldades é só prejuízo para o servidor público. Mas fico triste, ao mesmo tempo, vendo o governo fazer isso, e não vemos o servidor público se manifestando nesta Casa. Cadê o Sindicato dos Professores, que deveria estar aqui em sua totalidade, enchendo esta Casa, cobrando ao governo sobre esse absurdo que está para acontecer?

Vemos aqui deputados do partido ao qual o sindicato faz parte, que é o PCdoB, manifestarem-se, mas não vemos o sindicato aqui presente, demonstrando mais uma vez uma verdadeira pelegada. Os professores têm que tomar pé dessa situação, não podem continuar sendo enganados por esse sindicato e nada fazerem para mudar.

São direitos atrás de direitos que estão sendo retirados por esse governo. Direitos históricos conquistados com muita luta, muita luta, perseguição, demissão, muito sangue, suor e lágrimas. E nós vemos, agora, esse governo chegar e retirar, numa canetada só, vários direitos.

O Planserv sangra, todo mundo vê como é que está o plano. No interior, é conhecido como “Nãooserv”, porque não atende mais em lugar algum, praticamente. As cotas foram colocadas de forma absurda por esse governo. O governo, nesse projeto agora, fez tão mal ao Planserv que a coordenadora-geral do plano entregou o cargo por não suportar mais tamanho desmando desse governo para com os servidores públicos. Uma pessoa extremamente competente, que era a Dr.^a Cristina, entregou o cargo e largou de mão a situação do Planserv.

E o que os deputados do governo têm feito referente a essa situação? Nada! Na semana passada votaram aqui um projeto retirando 50% do repasse do governo para o Planserv. Esse é o governo que vem destruindo, a cada dia mais, o servidor público. Não vemos não só o Sindicato dos Professores como todos os outros sindicatos, praticamente, com raras exceções de alguns aí: Sindicato dos Delegados, Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sinspeb), e outros bem poucos aí estão fazendo frente a esse governo, mas os demais, os grandes sindicatos nada vemos falar.

Vimos vereadores, inclusive da Base do Governo, criticando a atitude desse governo, mas não vimos eles colocarem os sindicatos aqui, na Assembleia. Vemos os sindicatos engessados no bolso do governo com as suas diretorias, com os cargos, que

são as benesses, e o trabalhador servindo de bucha de canhão para esses sindicatos, para ficarem na mão do governo e nada fazer pelo trabalhador.

Triste tempos esses em que não vemos mais aquelas lutas dos trabalhadores nas ruas contra o que tanto, no passado, a Base do Governo criticava, e hoje simplesmente se cala, e calam mais ainda os sindicatos e os trabalhadores. É um tempo de tristeza, de subserviência total ao governo do estado.

Vemos a Casa cercada por grades e não temos um trabalhador aqui, nesta Casa. A diretoria toda calada. Os deputados fizeram uma manifestação, se afastaram e vão votar contra os trabalhadores mais uma vez, como votaram aqui na semana passada, retirando todos os direitos do trabalhador.

Até quando vai perdurar isso?

Um governo que no passado, um governador que no passado – existem vários discursos dele nas redes sociais – fechava o Polo Petroquímico, fazia manifestações a favor do trabalhador, e quando chegou ao poder simplesmente esqueceu essa parte, ou já sabia que o faria quando chegasse ao poder e se utilizou dos sindicatos apenas para chegar ao poder e enganar aos trabalhadores e à população da Bahia.

Vejo, aqui, o deputado Luciano Ribeiro fazer um rebate ao deputado Zé Neto quando ele diz que a Oposição mente! Que mentira foi contada pelo seu governador durante os 45 dias de eleição? Foi só mentira e enganação para o povo da Bahia. A Bahia dele, no período da eleição, era uma Bahia maravilhosa, que não sofria dano algum, não sofria nada, e agora um rombo aparece desse tamanho que está aí.

Espero que, realmente, agora, com a mudança no governo federal e no próprio comando da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, a Lava Jato chegue o mais rapidamente à Bahia, porque sabemos que tem muita coisa acontecendo aqui, nos porões do Partido dos Trabalhadores.

Não tenho dúvida de que o novo ministro da Justiça, Sérgio Moro, vai olhar com bastante atenção para o que vem acontecendo na Bahia, como nos contratos da Fonte Nova, como aconteceu agora, para ver essa mentira contada por esse governo todos os dias, enganando a população da Bahia, trucidando os servidores públicos, colocando nas costas dos servidores públicos algo que eles não fizeram, que é a conta que está aí, esse rombo.

Todos os servidores públicos, sem exceção, vão sofrer com as demandas desse governo. São 4 anos sem reajuste, e ainda retirando direitos, e com a expectativa de mais 4 anos sem reajuste. Vamos ficar 8 anos a ver navios com esse governo, porque não há qualquer expectativa de reajuste salarial, nenhuma compensação.

A Conder, ele encerrou aqui, nesta Casa. Suspendeu os financiamentos da Conder e eles não voltaram.

Votamos aqui, nesta Casa, direitos básicos para o trabalhador, como a isenção de impostos para a compra de armamentos – o projeto está engavetado na mão do governo há 2 anos –, para que os policiais adquiram seu armamento e possam trabalhar, já que o estado nem fornece armamento para a própria polícia trabalhar.

A violência está nas ruas!

E o povo se engana, o governo está enganando o povo, achando que só os servidores públicos vão sofrer com essas demandas. Está claro que a população da Bahia vai pagar muito caro por isso, não só o servidor. Porque o servidor será desestimulado, já está totalmente desestimulado. A tendência é que a violência aumente, seja pior ainda do que está, com 25, 30 homicídios por final de semana só em Salvador e Região Metropolitana. Se for contar a Bahia toda, um verdadeiro genocídio está acontecendo no estado.

E o governo com mentira, enganação e só maltrato ao servidor público. Isso vem acontecendo, infelizmente, nesta Casa. É com tristeza que vemos isso, os deputados do governo, como colocou Marcell, não se manifestam em nada, não colocam voto contrário. O governo faz mudança em cima da hora, as emendas em cima da hora, como ele quer e da forma que quer.

Vivemos uma subserviência total desta Casa, que se diz um Poder independente, mas estamos vendo aqui uma Casa homologadora do Executivo. Nada se faz para mudar esse cenário, é só a Casa do amém. Como diz o deputado Marcell, são os famosos deputados lagartixas.

O governo está empurrando, votando os projetos e prejudicando toda a população da Bahia, preocupado apenas com seu projeto de poder. Como perdeu no Brasil e em vários estados, a Bahia vai carregar toda a cúpula do PT no Brasil todo, que será jogada aqui, na Bahia.

Cadê o corte na carne das secretarias? Quais as secretarias que foram extintas? Quais os cargos que foram extintos? Praticamente quase nenhum. Para manter a sua base, as suas benesses, os seus acordos, a barganha do poder é dessa forma, sem nada fazer pelo povo da Bahia.

E o sacrifício, mais uma vez, recai no colo do servidor público e do povo da Bahia, que vai, todo ele, sofrer com o governador, com a sua prática de estelionato eleitoral de enganação e de mentira por 4 anos. Com mais 8 em que ele fazia parte do governo, já são 12 anos desse governo só enganando a Bahia.

Deixo, aqui, mais uma vez, meu presidente e todos aqui presentes, o meu repúdio a esse governo que só faz enganar e maltratar o servidor público. Também um recado aos servidores públicos, que vejam esses sindicatos pelegos, traidores que estão no bolso do governo, que não representam vocês. Vão lá e façam a desfiliação em massa, já que as eleições estão no bolso deles também. Toda eleição que tem, eles enganam vocês.

Qual o benefício que esses sindicatos estão trazendo para o trabalhador? Só a perda de direitos! Então, é importante que o trabalhador observe que sindicatos são esses que estão enganando os trabalhadores de toda a Bahia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Roubaram o projeto! Cadê o projeto? Eu quero o parecer do deputado Rosemberg Pinto, que ele passou...

Parlamentar não identificado:- Esse projeto aqui... Aqui nos estamos falando de outro projeto.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- É, eu sei, o daqui sumiu, desapareceu. Cadê o projeto?

Parlamentar não identificado:- Aqui, também, trata-se de um projeto muito importante, deputado...

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- E o projeto? Eu não posso falar sobre um projeto que não existe, desapareceu. Vai fazer as coisas às escondidas, dá nisso.

Então, levou. (Pausa)

Eu quero o projeto. Pois é, sumiu o projeto! Eu não vou discutir um projeto inexistente, que não existe. Não existe!

(O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva fala fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V. Ex.^a discutiria um projeto que não existe, que sumiu? Pois é, está errado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Se o projeto sumiu, não pode ser votado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não pode.

O projeto, deputado Rosemberg, o relatório, o parecer para ser analisado, precisa ser analisado em face do projeto.

Sugiro ao presidente suspender a sessão para que nós possamos sair em busca do projeto de lei.

Quem é professor aqui? Os primeiros suspeitos são os professores, Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- V. Ex.^a escondeu o projeto?

Parlamentar não identificado:- A Oposição escondeu o projeto, presidente.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- V. Ex.^a escondeu o projeto?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (Risos) Aqui.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós, aqui... quando o nobre deputado Targino dizia que estava administrando aqui o samba do crioulo doido, eu ficava a imaginar, nessas duas semanas, o Parlamento baiano. Aí, me veio à memória alguma parte da história deste Parlamento.

Fiquei a imaginar, deputado Targino, os grandes homens que por aqui passaram: Waldir Pires, Antônio Carlos Magalhães, João Mangabeira, professor Josaphat Marinho, o que eles devem imaginar e sofrer ao verem a completa deterioração deste Parlamento.

O governador do estado, na semana passada, enviou um projeto para esta Casa. Criou-se um aparato policial em volta do Parlamento. Fomos para a cozinha da Assembleia Legislativa, entramos pelas portas do fundo, escoltados pela polícia. A imprensa, impedida de entrar, só entrou após os protestos da Oposição. Com as Galerias vazias, como aqui estão, aprovou-se o projeto em menos de 10 minutos.

E o que o governador fez? Após todos votarem, com exceção da Oposição, disse: “Olhem, vocês votaram porque eu mandei. Agora eu, que mando naquela Casa, porque é uma secretaria de governo, vou agora mudar o projeto que vocês fizeram.”

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- “Vem cá, pessoal da Conder, como é que vocês querem? É assim? Portanto, eu vou tirar a votação popular...” – aqui é a Casa do Povo – “(...) vou desautorizar a Assembleia Legislativa e vou mudar o projeto que mandei que eles votassem, que eles votaram calados, e agora eu desautorizo, para não dizer desmoralizo.”

Ora, criar bases parlamentares de governo isso é próprio do regime democrático. É lícito, é republicano, é democrático, mas daí a transformar o poder popular, o Poder Legislativo – que é a Casa do Povo e que nas democracias que realmente são democráticas, são livres, são republicanas, é o maior e mais importante dos poderes – numa secretaria de estado, onde quem manda é o governador, é de qualquer parlamentar, de qualquer cidadão baiano... e é por isso que eles não vieram hoje, é bom que se diga.

Não pensem vocês que hoje, diferentemente da semana passada, o povo aqui não está porque foi impedido, não! O povo aqui não está, porque sabe que não adianta vir. Vai ser tratorado, não vai ser ouvido. O que adianta estar aqui? Nada vai ser discutido.

E mais ainda, o Líder do PT, futuro Líder do Governo, que foi o parecerista desse projeto, construiu, vejam o absurdo, a gravidade disso para um Parlamento, um novo projeto de lei dentro do seu parecer, trouxe aqui matérias que nem a sua própria base conhece. Eu desafio os deputados da Base Governista, todos eles, a me explicar, sem primeiro pedir orientação ao parecerista, o que ele quis dizer com isso? O que significa o seu parecer? Certamente não saberão! Certamente não saberão!

E mais ainda, o próprio relator, Líder do PT, futuro Líder do Governo, foi claro aqui e disse: “Olhe, nós sentamos com a APLB e resolvemos que vai ser assim.”

As representações populares precisam ser ouvidas. O povo precisa ser ouvido, mas as discussões precisam ser feitas aqui. E vejam o que fizeram! E o costume permitiu que trouxessem sem sequer comunicar à Oposição e nem à sua Base, porque sabiam que, obedientes, votariam calados.

Surpreenderam-se hoje, aqui, porque, até agora, quatro deputados se manifestaram contrários, dizendo que vão votar contra. Não sei se isso resolve ou é só jogo de cena, porque se quisessem realmente que o projeto não fosse votado não teriam dado quórum nas comissões, não teriam dado quórum nas votações.

Mas estamos a assistir, lamentavelmente, lamentavelmente, as pessoas desacreditando... Já é desacreditada a classe política, já é desacreditada a classe política. E nós estamos contribuindo, no ocaso desse mandato, de forma decisiva para anular o Parlamento baiano.

É triste, é triste saber que assim funciona. É triste saber que nós... o estado que tem a pior educação do país, o estado que tem a pior educação do país, o estado que tem a pior educação do país, o estado que tem a pior educação do país, é bom que se

repita diversas vezes, está a desestimular que o professor se qualifique, que o professor tenha condições reais de ministrar e melhorar aquilo que já é péssimo.

Esse é o governador Rui Costa. Tudo pela educação. Esse é o governador Rui Costa que antes da eleição era um estado de economia extremamente saudável. Esse é o governador Rui Costa que se dizia amigo dos servidores. Quatro anos sem reajuste salarial. Diminuíram o salário quando tiraram 2% do seu salário para contribuir com a Previdência, que ele quebrou. E, agora, desestimula o profissional que deveria ser o mais valorizado.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Alguém aí, antes do deputado Rosemberg, pediu um aparte? Se não me engano, não.

Então, eu concedo com muito prazer o aparte ao nobre relator, ao deputado Rosemberg Pinto. Espero que agora, em seu aparte, V. Ex.^a seja mais claro ao falar para eu poder beber dessa sabedoria de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado, primeiro agradeço a V. Ex.^a pelo aparte.

É o seguinte: eu, na realidade, estranhei dos deputados aqui as suas manifestações, porque no relatório constava, exatamente, a manutenção dos percentuais de gratificação que atualmente estão regulamentados em lei.

O projeto de lei que o governador encaminhou pressupunha a redução de 20% para 15%, e de 15% para 10% e, obviamente, tivemos um trabalho... o governador recebeu os representantes dos professores, e nós conseguimos, no final de semana e ainda hoje, pela manhã, encontrar uma saída, mantendo... é por isso que o relatório teve essa complexidade.

E eu aproveitei, inclusive falei neste instante com o deputado Prisco, para apresentar nesse projeto algo que, em minha opinião, consegue dar critério à absorção de policiais que estão na reserva, obviamente, em convênios, em parceria, por iniciativa do Governo do Estado, mas com a anuência desses servidores. Com isso, criamos uma regulamentação, inclusive com gratificações, para esse tipo de atividade.

Tive o cuidado de nesse projeto, nessa emenda, porque houve uma preocupação da retirada de policiais militares da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, em contemplar também a possibilidade desses policiais, desses servidores atenderem a essas demandas para esses outros Poderes.

Então, eu, na realidade, fiquei um pouco perplexo com as colocações. Penitencio-me se não fui claro na minha colocação, do ponto de vista das explicações aí, no púlpito, mas é preciso ficar assegurado que não há redução das gratificações a partir da emenda que esse relator aqui colocou.

E eu ouvi a deputada Fabíola questionando. Depois ela entendeu, veio aqui e voltou atrás, obviamente, porque ela não estava presente no momento em que eu li. Ela não estava presente. E depois eu mostrei para ela e ela verificou que estava

atendido o pleito que ela tinha, como os parlamentares do PCdoB, que era não diminuir o percentual de gratificação para mestres e doutores.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu agradeço-lhe pelo aparte, deputado Rosemberg, e o incorporo ao nosso discurso.

Mas eu queria dizer, deputado, e retornando ao meu discurso, é que quando nós estamos falando... V. Ex.^a mesmo se referiu aí à complexidade do parecer. A palavra que V. Ex.^a usou é exatamente o que resume aquilo que nós aqui queremos debater.

Ora! É um parecer que contém nove laudas, com tabelas, com alterações significativas, duas emendas de relator que tomam, praticamente, oito páginas, modificam completamente o trabalho e, perdoe-me, perdoe-me, mas V. Ex.^a sequer fez menção à emenda que apresentamos ao projeto em seu parecer. Nós fizemos uma emenda, queríamos contribuir com o projeto, e V. Ex.^a sequer mencionou em seu parecer a rejeição. É isso que eu debato! É isso que me entristece!

E quando, aqui, eu me referi aos grandes homens e mulheres que por aqui passaram, eu me refiro à forma como estamos conduzindo este Parlamento de forma a transformá-lo numa verdadeira secretaria de governo. Não dá para ser assim!

V. Ex.^a acabou de dizer que a deputada Fabíola estava de acordo, chegou aqui e passou a ser contra e que, agora, já está de acordo novamente. Ora! Se nós, deputados, não nos entendemos, se a própria Base Governista, que vai votar favoravelmente, não se entende, como quer legitimar essa votação? Como quer que nós convençamos a população de que estamos votando corretamente?

É a prova, e V. Ex.^a reafirma, de que o projeto não foi discutido sequer com a Bancada que vai votar favoravelmente. Tanto que a deputada Fabíola, que era favorável, chegou aqui já contra, e agora, ao testemunho de V. Ex.^a, ela é favorável. E não mudou nada! Mudou apenas a opinião, o convencimento da deputada Fabíola. Ora, como se mudou esse convencimento? De que forma? Quais foram os argumentos usados para que ela se convencesse disso?

E, se há complexidade, se é uma matéria complexa como todos admitem, por que não nos permitir, deputado Jânio Natal, que tenhamos... e olhe que nove laudas em um processo que o próprio parecerista diz que é complexo. Nove laudas, para você compreender, de uma matéria completamente nova, diferente do que vinha no projeto de lei, completamente nova, completamente fora de tom.

Pegaram algo lá de fora e jogaram dentro do parecer como emenda do relator e que ninguém aqui conhece. Ninguém conhece, absolutamente ninguém, só o deputado Rosemberg Pinto, que, segundo ele, passou 2 dias fazendo essas alterações, 2 noites, eu disse, meditando para poder apresentar as emendas. Dois dias são maiores que duas noites, não é? V. Ex.^a sequer viu a emenda da oposição. V. Ex.^a que é um democrata, que é um republicano, mas sequer viu uma palavra sequer. Nem para dizer isso não serve! Isso é, completamente, um desrespeito à democracia!

Ter essa maioria esmagadora de deputados aqui não é bom, primeiro para vocês, que são da base, porque são tratados como se fossem delegados do governador. E ele faz o que, por respeito a vocês, não deveria fazer, manda que vocês

votem, que é urgente, que é necessário. Vocês vão para a imprensa: “Olhe! tem que acabar com a Conder porque a Conder é um órgão ineficiente, porque lá só tem velho, aposentado, é preciso que se acabe, que se acabe urgente.” Vem para o Parlamento e monta aquele aparato todo para votar o projeto.

Votaram o projeto, mandaram para o governador. Aí, ele diz: “Não, vem cá, eu acho que o projeto está errado. Não é nada disso que eu falei.” O governador aprendeu a dizer uma coisa e desdizer no outro dia. Disse na eleição e desdisse após a eleição.

Assim foi com a PEC também. Está sendo, aliás. Já se mudou a PEC do teto de gastos.

E ele não aguenta pressão. Vieram uns e pressionaram... não, eu mudo. Essa noite deve ter recebido mais um acocho e já apareceu outra alteração na PEC. Se aparecer mais alguém para pressionar... e isso é próprio, a mudança de opinião, a mudança até de convencimento em determinadas posições engrandece as pessoas. Sei disso! Ninguém pode ser intransigente em suas colocações.

Mas não dá para admitir que o governador envie para cá projetos tão graves do ponto de vista, se você entender, da administração, como ele diz que são extremamente necessários – e graves para o servidor, porque o servidor diz que está perdendo direitos – que não tenham passado por um amadurecimento, que não tenham passado por uma discussão. E está provado que ele não discutiu com ninguém.

Está provado mais ainda que as convicções dele são frágeis, as convicções dele são fracas, que não aguenta um acocho, que não aguenta um contraponto se quem tiver feito o contraponto tiver poder de barganha. Esta Casa, não! A deputada Fabíola veio aqui, disse que vota contra, que isso ou aquilo. O Líder do PT já veio e disse: “Fabíola já mudou, já convenci, ela vai votar a favor.”

Se esta Casa fizesse valer o seu direito, a sua representação popular, certamente o governador não faria o que está fazendo: mandar um projeto, votar da forma que foi votado, ir lá e vetar. Imagine que loucura! Imagine! Se fosse um projeto qualquer, que tivesse aí tramitando na Casa há tanto tempo, com tempo de maturar... Mas, no outro dia, ele já disse que iria vetar o projeto, deputado Jânio!

O que é que está acontecendo com esta Casa? O que é que está acontecendo com a classe política? O que é que está acontecendo conosco? É essa a democracia que tanto se prega? É esse o republicanismo que os baianos merecem? Os grandes homens, repito, que por aqui passaram e que deixaram uma história grandiosa para a Bahia certamente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (...) não têm orgulho de nós que estamos aqui hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Alan Sanches pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas presentes neste recinto, cidadãos que nos acompanham por diversos meios, imprensa, bem, amigos e amigas, este final de ano realmente tem sido estarrecedor para a população do estado da Bahia. Após uma aprovação maciça, de 75% nas urnas, o governador mostra que o estado está falido, que muita coisa ruim ainda vem a acontecer.

Na contramão disso – que ele mostra que está falido o nosso estado e, de todos os meios e mecanismos, tenta resgatar ou conseguir algum recurso extra para o seu caixa –, ele faz uma outra coisa, que chama a atenção de todos os baianos, que é um aditivo, um reajuste, como ele chamou, do contrato da Fonte Nova, de quase 50%. Porque, vamos pensar aqui, colegas, você pagar R\$14 milhões, Paulo Rangel, eu estou falando de R\$14 milhões por mês, quando diz que o estado está falido... Ele quer colocar R\$14 milhões por mês para tomar conta da Fonte Nova. Quantos eventos, jogos – pois hoje não é mais só um estádio de futebol: é uma arena! –, quantos eventos temos na Fonte Nova por mês? Mas, para esses eventos, quem toma conta, além de receber para poder executar o evento, deputado Paulo Rangel, vai receber R\$14 milhões de reais – mais um pouco, estou aqui aproximando – só para tomar conta da Arena Fonte Nova! Foi falado aqui, realmente, que não tem cabimento um espaço daquele ser subsidiado pelo estado, principalmente, deputado Alex Lima, quando é um estado que está falimentar, quando retira do Planserv R\$ 200 milhões de subsídio. Mas vai botar quase esses R\$200 milhões para o consórcio que toma conta da Arena Fonte Nova. Não é possível que isso seja lógico! Não é possível que isso seja normal! Nós temos que procurar entender o que está acontecendo na Arena Fonte Nova!

O deputado Hildécio Meireles falou, nos minutos aqui que me antecederam, justamente sobre isso, gente. E a Casa fica calada sobre isso? Um estado que está retirando dinheiro de tudo que é lugar e coloca R\$14, quase R\$15 milhões, na Fonte Nova por mês. Tem alguma coisa aí de errado. Mas vamos, já que esta Casa não se movimenta nesse caminho, nós temos que observar, pois eu não tenho dúvida de que tudo isso será esclarecido.

Mas, aqui desta tribuna, o questionamento que eu faço para entender, pois a minha lógica não permite essa interpretação: por que colocar R\$ 200 milhões para um consórcio tomar conta da Fonte Nova, minha gente? Isso é estranho, isso não é lógico. Mas tenho certeza de que isso será explicado no decorrer desses meses de 2019.

Não tem nem medo, o governo não tem nem medo de mexer com uma coisa que está sendo investigada pela Polícia Federal. Mas, não, ele aumenta, ele faz esse aditivo, esse reajuste, como quiser chamar, de quase 50% no contrato que tinha, que não deveria nem existir. Você pagava R\$ 10 milhões, ainda paga nesse mês R\$10 milhões por mês, vai pagar R\$ 14 milhões e meio para tomar conta da Fonte Nova. Acho que isso é uma coisa completamente descabida.

Com relação ao parecer ao projeto que o nobre deputado Rosemberg deu, legítimo parecerista aqui, mais vez esta Casa, para não perder os prazos, se acanha em poder discutir esse projeto. O deputado Rosemberg transformou o projeto, que é praticamente um substitutivo ao projeto do governo do estado. Na ânsia de diminuir os seus custos, o governo do estado quer diminuir até a gratificação. Deputado Rosemberg, V. Ex.^a sabe que isso foi um ganho para os professores, quando houve esse estímulo para que fizessem mestrado, para que fizessem doutorado. E, com isso, esse estímulo era para qualificar os nossos educadores. Não era só para dar a gratificação, mas precisava estimular, de alguma forma, os nossos educadores, para que a gente tivesse, no final, uma melhora na qualidade do ensino das nossas crianças e dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, por que não?

Mas eu não entendo essa ânsia de arrecadar. Falta criatividade, ele não consegue pensar, o governo do estado não consegue pensar de outra forma, a não ser “tiro aqui, aumento ali, é isso que a gente tem que fazer”. Ele não cria outras condições favoráveis para que a gente possa debater aqui. “Ah! Eu não crio imposto. Não. Então, tira”. Ele está acabando com a vida do servidor público do estado. Mas isso por um lado é bom: os servidores que sempre estão ao lado do Sr. Governador, do Partido dos Trabalhadores, que são ligados sempre a essa base, o Partido Comunista do Brasil, PC do B, o Partido dos Trabalhadores, o PSB também, com alguns sindicatos, que estão sempre apoiando o governador, agora estão vendo a resposta que o governador dá. É irmão, é parceiro, amigo? Mentira! Ele está pensando nele, ele está pensando no que ele pode fazer.

Agora, por que, com mais de R\$ 100 mil, que é o custo da casa do Sr. Governador, ele não diz: “Não, eu vou sair desta casa, vou diminuir o custo também da minha casa. Eu tenho casa, sempre tive, fui secretário, fui deputado, fui vereador”. Por que ele não vai morar na casa dele? Por que ele não dá o exemplo como o governador de São Paulo deu? Disse: “Não, o meu palácio de inverno estou fechando, vai ser aberto agora para a visitação pública, vou transformar em um museu. Vou também fechar aqui o meu Palácio dos Bandeirantes e vou morar na minha casa, como qualquer um de nós, todo mundo tem uma casa aqui. Por que tenho que morar naquele palácio com aquele custo?”

Se ele quer realmente diminuir custo, por que ele não faz isso? Por que ele não começa com a reforma na casa dele? Por quê? Vai ser algum demérito para ele morar na casa que ele sempre morou a vida toda? Não. Qualquer um de nós aqui não precisa morar em palácio. Acho que já acabou essa época, minha turma! Meus amigos deputados, deputadas, essa época já passou! Ninguém precisa mais morar onde não seja sua casa. Tem que ter agora um palácio, gastando, num momento deste, difícil, de crise, R\$ 1 milhão e meio no mínimo, ou mais, para manter o Palácio de Ondina.

Por que não pensar nisso? Por que ele não dá essa demonstração e diz: “Eu estou também cortando na minha carne”. Por que ele não faz isso? É porque ele não quer perder os benefícios dele. Dá benefícios é muito fácil; retirar que é muito difícil. E o governador não consegue fazer essa demonstração de que ele também estaria abrindo mão da qualidade de vida dele, de tantos servidores naquele Palácio de Ondina. Poderia, sim, dá essa demonstração, como outros governadores dão. Mas é

mais fácil ele tirar a gratificação do professor, é mais fácil ele imputar aumento na contribuição previdenciária. Isso é muito mais fácil para o Sr. Governador, porque é um governo que não tem criatividade. É só: “Ah, não aumentei imposto”. Mas pesou a mão demais – pesou a mão demais! – no bolso do servidor. Mas, como eu disse, os servidores sempre dão apoio a essa causa do governo do Partido dos Trabalhadores.

Colegas queridos e colegas queridas, sempre vou ser liderado pela bancada, e numa democracia a maioria sempre vai vencer. No meu grupo da Oposição, sobre o que decidirem, eu estarei aqui como um soldado para ajudar nessa batalha. Mas eu acho, a minha opinião pessoal, deputado Alan Sanches, é de não fazer acordo absolutamente nenhum. Se eu tiver que entrar em janeiro, vamos entrar em janeiro. Se eu tiver que ir até o final de janeiro, venho nos dias das sessões, não tenho problema com isso. Não é questão de viajar, não viajar, de Natal, de Ano Novo. Eu estarei aqui para fazer este meu trabalho.

A Bancada da Oposição sente falta, sentimos muita falta aqui da manifestação dos servidores, pois vai, mais uma vez, pesar, realmente, no bolso deles. Como eles não se manifestaram, não estão aqui para fazer essa pressão, para fazer essa panela de pressão aqui borbulhar, infelizmente vai chegar o momento em que as nossas forças também vão se esvair e a gente não terá condição de controlar, de debater com a Bancada do Governo.

Eu peço realmente à minha Bancada que a gente possa vigorosamente estar aqui, fazendo essa obstrução, trabalhando dessa forma para que a gente possa construir uma Bahia melhor. Eu tenho certeza de que o deputado Zé Raimundo estará aqui comigo após o Natal, após o Ano Novo, deputado Joseildo também – eu já fiz aquela reflexão e disse que V. Ex.^a, em fevereiro, não estará mais aqui na Bahia, vai ficar na Bahia e em Brasília, já disse. V. Ex.^a merece, é um grande deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) Linhas diferentes, mas um grande deputado. O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu não imaginei que V. Ex.^a estava concluindo. Vai usar o tempo todo?

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu gostaria, se V. Ex.^a permitir. Eu ainda tenho uns 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É um direito, claro. Eu pensei que V. Ex.^a estava concluindo.

O Sr. ALAN SANCHES:- Não. Mas, se V. Ex.^a quiser, eu posso estender um pouco mais os 8 minutos, já que V. Ex.^a me interrompeu. É meu amigo, querido, sabe disso, estivemos juntos em partidos aí, nessa linha de frente.

(Algun Sr. Deputado fala fora do microfone.)

V. Ex.^a também sabe que é um querido nosso.

O Sr. Angelo Almeida:- Deputado Alan Sanches, gostaria de um aparte de V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputado Angelo, com prazer concedo o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Angelo Almeida:- Deputado, estamos chegando ao final do nosso período legislativo, uma oportunidade de estar aqui por 2 anos. E chegamos realmente ao final com embates duros, sobretudo quando o governador, que obteve mais de 5 milhões de votos... Quando um governador do estado vai a uma reeleição, depois de ter passado 4 anos cuidando, promovendo políticas públicas para o estado, fazendo a Bahia ser ranqueada como o estado que mais investimentos fez em todo o país – foram mais de R\$ 10 bilhões e 800 milhões de investimento –, é natural que a gente, e com a responsabilidade que tenho ao exercer este mandato, traga também para o Plenário os 5 milhões de votos, a memória desses 5 milhões de votos, como sendo votos que foram conferidos ao governo, ao governador, pela confiança que a sociedade, que o povo da Bahia atribuiu a ele e aos seus 4 anos de mandato. E é natural também que esse mesmo governador, ao receber essa quantidade de votos, possa ter a capacidade de compreender o passado, sentir o momento e prever o futuro, para que a gente possa ter um estado ainda em condições de continuar investindo, como haverá de acontecer.

Portanto, aqui, após ouvir, nessas últimas duas semanas sobretudo, tantas discussões, eu vou me despedindo, pois eu penso que será talvez a minha última oportunidade de estar falando nesta Casa, com a confiança de quem, junto a esses 5 milhões de votos, acreditou no governador e continua acreditando.

Sobre a questão da Previdência, nós que durante o mandato ainda, tivemos oportunidade de fazer diversos debates, promover audiências públicas em diversas câmaras municipais do nosso estado, para discutir o modelo de Previdência que estava apresentado naquele projeto do Arthur Maia, que foi retirado, nós continuamos defendendo o que sempre defendemos: que a reforma da Previdência, que está dentro do pacote de ajuste fiscal, que se não foi feito ainda, será feito pelo próximo governo, era necessária.

E um dos pontos necessários que menos atinge, eu diria que não atinge, a alma do trabalhador, era e sempre foi, como acordado, que haveria de se fazer um aumento da alíquota. E eu me lembro, deputado, de que, em Feira de Santana, por exemplo, a Previdência municipal no ano passado foi majorada em 2%, como aqui, neste ano, no âmbito do estado, está sendo majorada a partir do que foi aprovado nesta Casa. Lá são 21 vereadores, 19 vereadores votaram pelo aumento da alíquota em 2%. E agora já soube que vão, lá em minha cidade, o ex-prefeito José Ronaldo foi quem apresentou esse aumento, e agora já temos informações de que também será aumentada. Então, a Oposição, para concluir...

O Sr. ALAN SANCHES:- Concluindo, deputado.

O Sr. Angelo Almeida:- Para concluir, deputado. A Oposição cumpre aqui o seu papel, nós estamos com a tranquilidade de quem tem, no comando do estado, um governador de extrema responsabilidade.

E eu vou me despedindo desta Casa, convencido de que os próximos 4 anos serão ainda melhores em que pese toda a crise que nós estamos enfrentando por motivos econômicos.

Obrigado pelo aparte. E quero dizer, concluindo, que eu não fiz nenhum rebate no momento, mas me senti muito incomodado – e não quero sair daqui sem deixar claro e evidente – quando o meu colega desta Casa, quase conterrâneo, porque de São Gonçalo eu considero conterrâneo também, Targino Machado veio aqui a esta casa chamar os deputados que votaram a favor do governo de moleques. E eu queria saber qual foi a posição do deputado Targino Machado quando o ex-prefeito Zé Ronaldo encaminhou para Feira de Santana o aumento da alíquota de 12%. Eu acho que ele ficou favorável.

O Sr. ALAN SANCHES:- Certo, deputado. Primeiro, incorporo o aparte de V. Ex.^a. Foi um privilégio, e tenho certeza que continuará sendo, que V. Ex.^a estará aqui nesta Casa. Acho que, pela sua colocação, vai fazer parte, fez jus ao trabalho. V. Ex.^a, eu tenho que admitir, foi extremamente fiel ao governador do estado. Temos linhas e pensamentos diferentes, mas respeito V. Ex.^a, admiro. V. Ex.^a conseguiu minha admiração aqui, neste plenário, pelo trabalho que fez, sempre seguindo seus critérios, o que você acreditava, e sempre fiel ao governo. Deixo isso aqui registrado.

Mas, amigos, eu vislumbro aqui um futuro tenebroso para o nosso estado. O arrocho, tenho certeza, apenas começou com essas medidas, assim, impopulares do Sr. governador. Nós podemos falar da crise que pode ser estabelecida... Eu espero que não, eu espero realmente que eu esteja errado.

Gravado aqui pela TV Assembleia, eu espero que eu esteja errado, que com essa retirada do subsídio dado ao Planserv, pela metade, com esse corte pela metade, não vá cair a qualidade que sempre teve e tem até hoje o plano dos servidores. Eu não sei o que será feito desse plano e saúde. Ou ele vai aumentar mais ainda a participação ou vai colocar um plano de coparticipação dos servidores. Porque temos que imaginar que, ao tirar R\$ 200 milhões de subsídio de um plano, para mantê-lo vivo, mantê-lo com qualidade, tem alguma coisa errada. Acho que, dessa mesma forma, a Sr.^a Cristina, que era presidente, ou não sei se chama superintendente do Planserv, deixou quando as medidas foram tomadas, quando esse corte foi anunciado e aprovado nesta Casa contra os votos nossos da Oposição. Eu quero saber o que será feito realmente do plano, o que acontecerá com nosso plano dos servidores, o Planserv. Isso aí vai ficar para que nesse prazo mais breve possa ser respondido pelos atendimentos que serão feitos.

Quero dizer também, deputado Angelo, que esses dias saiu uma liminar contra justamente esse aumento da contribuição previdenciária no estado do Rio de Janeiro. Isso já cria uma jurisprudência para o estado da Bahia, pois, independentemente da Oposição entrar nesse circuito ou não, os próprios servidores vão se sentir acometidos pelo grande mal desse aumento à contribuição... Para concluir, Sr. Presidente, eu tenho certeza de que isso também irá cair aqui no estado da Bahia. E a cara do Sr. Governador vai ficar muito bonita nisso.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Marcell Moraes. Não estando na Casa, o deputado Adolfo Viana. Na desistência, deputado Tom Araújo.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu vou falar, Sr. Presidente.

(Alguns Srs. Deputados falam e riem fora do microfone.)

O Sr. PREIDENTE (Adolfo Menezes):- V. Ex.^{as} não querem ser diplomados. Marquem o tempo, por favor.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, meu xará, meu amigo, deputado Adolfo Menezes, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos aqui hoje, nesta manhã de segunda-feira, para apreciarmos mais um projeto que compõe esse pacote, pacote de maldades do governo Rui Costa. Eu fico a observar aqui, deputado Luciano Ribeiro, deputado Pablo Barrozo, deputado Fábio Souto: hoje, a deputada Fabíola e o deputado Bobô levantaram das cadeiras para dizer que não concordam... Olha a deputada Fabíola chegando, a minha amiga guerreira...

O Sr. Robinho:- Estava falando mal de você, deputada Fabíola.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Não, deputado Robinho, eu estou elogiando a postura corajosa da deputada Fabíola Mansur. Ela se levantou e disse não concordar com a votação deste projeto no formato que aí está. E é isso que nós esperamos da Bancada do Governo: um pouco mais de coragem, um pouco mais de independência, um pouco mais de respeito para com os eleitores que os colocaram aqui neste Poder Legislativo.

Na semana passada, meu amigo deputado Gika, nós fomos obrigados a fazer uma votação no porão da Assembleia Legislativa. E, quando eu pensava que haveria constrangimento por parte dos deputados, aconteceu justamente o contrário: os deputados estavam felizes em estarem votando no porão, porque daquela forma as pessoas não iriam ver quem estava votando de maneira contrária ao interesse dos servidores.

Deputado David Rios, eu tenho uma admiração muito especial por V. Ex.^a que é um deputado discreto, mas sempre defendendo o interesse dos seus eleitores, sempre defendendo o interesse do estado da Bahia e dos baianos com muita independência, com muita altivez. E é essa independência e essa altivez que nós queremos esperar dos deputados da Base do Governo.

O deputado professor Zé Raimundo quer um aparte? Está ligando o microfone, deputado? Quer um aparte?

O Sr. Zé Raimundo:- Não.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Não, não? Ah.

Nós estamos aqui, deputado Jurandy Oliveira, deputado dos mais experientes da Casa, aguardando que a nossa deputada Fabíola continue com a coragem de sempre para poder fazer com que a Base do Governo reflita.

O craque do Bahia, o deputado Bobô, hoje iniciou um processo fazendo com que o PCdoB da Assembleia volte a ser o PCdoB das antigas, aquele partido lutador, guerreiro, que defende os funcionários públicos; e depois foi seguido aí pela deputada Fabíola Mansur.

Mas o que eu observo, Srs. Parlamentares, é que a Base do Governo está pronta para continuar a aprovar o pacote de maldades do governador Rui Costa. É lamentável! E olho para um, olho para outro, um pega o celular, o outro vai no cafezinho, deputado Alan. Mas falar em defesa dos professores, eu não estou vendo por parte da Base do Governo. E que bom que V. Ex.^a está aqui, no Plenário, é um deputado combativo, um deputado que não descansa, principalmente no momento em que é requisitado por parte dos servidores do estado da Bahia, que depositam a esperança de, pelo menos, serem ouvidos na nossa pequena Bancada da Oposição – pequena, mas corajosa; pequena em número, mas grande nas ações. Vejo também o deputado Prisco sempre lutando para que os servidores tenham vez e voz.

O Sr. Alan Sanches:- V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Alan Sanches está inscrito.

E eu fico, assim, deputado, com a sensação de que nós, que estamos juntos aqui, há 8 anos, nesta Assembleia Legislativa, estamos cumprindo com o nosso papel. É óbvio que nós não vencemos todas as batalhas aqui neste Plenário. Mas nós, sim, somos a verdadeira caixa de ressonância da sociedade. Nós utilizamos esta tribuna para dar voz aos professores, que agora não serão mais gratificados no momento em que os parlamentares deixam de representá-los aqui nesta tribuna.

Portanto, ouço com prazer o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Adolfo, V. Ex.^a para mim é sempre uma inspiração nesta Casa pela forma combativa com que sempre tratou os temas aqui, sempre defendendo os interesses da população do estado da Bahia.

De certa forma, mais uma vez, quero deixar aqui registrado que sinto a falta da presença desses servidores, sinto a falta da presença maciça aqui dos professores, porque precisávamos, sim, da ajuda deles, dos professores, dos servidores, para que a gente pudesse estar fazendo essa pressão.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Permita-me só fazer um aparte do aparte. Deputado Alan, eu, me colocando no lugar dos professores e fazendo também aqui uma avaliação, com V. Ex.^a, sobre a ausência dos professores aqui, penso que eles não vieram até por que o governo, além de colocar nesta Casa um pacote de maldades, coloca a Tropa de Choque da Polícia para impossibilitar que os servidores adentrem ao Poder Legislativo. Então, os professores, imagino eu, não vieram para a Assembleia porque não queriam passar pelo constrangimento de serem recebidos pela Tropa de Choque da Polícia. E observei, ao chegar, que aquelas grades com os aparatos estavam presentes na Casa.

Então, estou fazendo uma justificativa porque sei que os professores depositam nos parlamentares a esperança de terem um projeto mais justo para com eles. E, ao mesmo tempo, penso que eles não se fizeram presentes na Casa porque imaginaram que iriam ser recebidos aqui como foram na semana passada: com Tropa de Choque, cassete, escudo, enfim, aquele aparato todo para impossibilitar que eles participassem da sessão.

O Sr. Alan Sanches:- Mas, deputado, voltando ao meu aparte, após o seu aparte do aparte, eu queria fazer também essa avaliação de que esta Casa tem que voltar a repensar algumas coisas. Primeiro, a forma que a gente vem votando aqui. O deputado Luciano Ribeiro falou muito bem, dizendo o seguinte, nós votamos aqui – a Casa: quando digo nós, digo a Casa votou, porque nós não participamos disso –, e o governador veta. Por que, se foi um projeto deles? Ou seja, a gente está começando a se desvalorizar.

Então, esta Casa precisa dizer o seguinte: “Se vocês vão mexer ou o governador vai vetar, eu não votarei. Não vou me submeter a isso. Ele vote o projeto novamente que ele quer, faça um substitutivo desse projeto para que a gente vote”. Mas a ânsia de dizer “quem manda sou eu”, porque aqui se tornou uma secretaria do governo do estado... Então, nessa ânsia que o governador tem de demonstrar esse poder aqui sobre esta Casa, ele quer que se vote da forma que ele quer, na hora em que ele quer, o projeto que ele quer, e a Casa dizendo “amém”.

Tenho informações inclusive de que esse projeto que mexe com a vida dos professores mais uma vez, que os prejudica – pois esse projeto não vem para beneficiar, só vem para prejudicar mais uma vez a qualidade das gratificações desses professores, dificultando suas vidas.... Só entendo que o PCdoB, hoje, já tenho agora as informações, vai votar a favor do projeto.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Não acredito. Será?

O Sr. Alan Sanches:- As informações que chegam são essas. E a APLB, que é ligada ao PCdoB, ligada justamente ao sindicato que faz essa defesa dos servidores, deve estar de acordo também. Então a Oposição acaba sem ter nem mesmo essas armas, esse apoio, para poder continuar defendendo os professores aqui.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço e incorporo o aparte do nobre parlamentar Alan Sanches e sigo com a minha preocupação. Queria ouvir um pouco a minha amiga corajosa, combativa, que tem o meu respeito, deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Agradeço a sua questão de ordem e agradeço também os comentários elogiosos à minha pessoa, mas aqui, deputado Adolfo, o que a gente faz é tentar debater e aperfeiçoar projetos que venham unidos da base. Já me pronunciei a respeito da forma açodada com que esse projeto veio, passamos o fim de semana inteiro dialogando com representantes da APLB Sindicato por entendermos que havia equívocos na redução da gratificação dos professores, também por apenas considerar cursos de 360 horas e pela questão do condicionamento da gratificação de aperfeiçoamento profissional à melhoria do ensino, isto é, aos índices escolares.

Obviamente, agora de manhã, depois de nós nos pronunciarmos aqui em Plenário, quando solicitamos a retirada de pauta para um maior debate, para o

diálogo, fomos informados das emendas que vieram, agora de manhã, já acrescentadas ao projeto. Entre as quais, a que mantém a gratificação anterior. Então não houve mais alteração na gratificação dos professores; e a que permite cursos para projeção no grau de 270 horas. Não foi modificado, é verdade, o condicionamento da gratificação de aperfeiçoamento profissional à performance das escolas, isso é uma coisa que a gente vai debater na regulamentação dessa lei, porque nós entendemos que todos somos responsáveis, deputado Adolfo, pela qualidade da educação na Bahia, todos nós: professores, cidadãos, deputados, o Executivo, secretariado, os técnicos, quem fiscaliza, todos nós temos que fazer parte das soluções.

Eu pedi, e nós fomos ouvidos, eu, junto com os deputados da Bancada do PCdoB, que nós dialogássemos sobre o mecanismo pelo qual o condicionamento da melhora do ensino vai incidir, vai impactar os professores, porque não é justo, nós sabemos que tem vários motivos – deputado Adolfo, V. Ex.^a que vai a Brasília representar a Bahia –, vários motivos que impactam os índices da educação da Bahia, não só a vulnerabilidade social a que estamos submetidos como também os índices não tão altos de alfabetização e aprendizado na idade certa. Isso faz com que o nosso ponto de partida, nosso ensino fundamental 1, não esteja com qualidade em função da não universalização do ensino. Muitos municípios não têm como pagar o piso dos professores, melhorar a estrutura de suas escolas, então...

O Sr. ADOLFO VIANA:- Só um aparte do aparte, é só para tirar...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Um aparte do aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Nós, deputada, V. Ex.^a compreende que nós avançamos nesta manhã já com relação a esse projeto?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sim.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sim?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sim.

(...) Só para continuar e voltar a palavra para V. Ex.^a, eu entendo que a complexidade da melhoria da educação em um estado como a Bahia, ela depende de todos nós. Depende também do regime de colaboração entre estado e municípios. Recentemente, deputado Adolfo, tivemos um atlas da educação municipal, Atlas do Ensino nas Escolas Municipais, onde foram apresentados 414 municípios da Bahia ineficazes na questão de educação. Isso é lamentável, isso mostra que nós precisamos aumentar esse regime de colaboração entre os estados e os municípios, melhorar, valorizar os professores, aumentando sua formação e capacitação. Penso que o governo federal deve ter, sim, uma participação significativa nisso, ao contrário do que fez no passado, reduzindo os gastos com saúde e educação, que já impactam. Voltamos a ter piora nesses índices.

V. Ex.^a, que tem um mandato qualificado, aguerrido, eu espero, tenho certeza de que lá também defenderá os interesses da Bahia na educação, que são suprapartidários. Neste momento, nós vimos que há vontade do governo, ele progrediu em alguns índices e estabeleceu uma mesa de diálogo, de negociação. Senti-me mais confortável para votar esse projeto entendendo que, assim como a Base do Governo, assim como dialogamos na questão do Planserv, e não fomos

ouvidas, as nossas emendas não foram acatadas, nós demos um voto de confiança ao governo e junto com a categoria vamos dialogar para aperfeiçoar esse projeto.

Agradeço o aparte de V. Ex.^a, aproveitando para desejar sucesso em Brasília.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço o aparte, incorporo o aparte da deputada Fabíola, ao tempo em que parabenizo a deputada pela coragem. Logo cedo, ela se manifestou contrária ao projeto, mas neste momento eu percebo que a deputada já se sente pronta para votar o projeto. Acho que alguns avanços aconteceram, eu quero ser convencido, deputado Rosemberg, de que esses avanços já atendem às expectativas dos professores, e, de fato, se os professores estiverem seguros com essas emendas que chegaram, aí a gente já começa a desarmar e desmobilizar a nossa aguerrida Bancada da Oposição. É uma questão só de ouvir também o outro lado, não é? Porque o papel da Oposição é justamente dar voz às minorias, dar voz aos servidores públicos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu ouço com prazer o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado Adolfo Viana, na realidade, quando eu li o parecer, o parecer já contemplava essas reivindicações. Eu até entendo que naquele momento, ali, os deputados – alguns, inclusive, não estavam no Plenário no momento – acabaram desconhecendo um pouco o detalhamento das emendas que eu coloquei no projeto, fiz questão de explicar no momento da intervenção do deputado Luciano Ribeiro. Mas não há nenhuma redução por emenda desse seu amigo aqui, humilde deputado, que gosta muito da educação... a redução... ou seja, nós tiramos qualquer tipo de impacto que reduziria a gratificação dos professores. Então, quando nós lemos o projeto, o projeto já não existia mais, por emenda do relator. E ficou também... eu disse isso quando li o relatório, que a aplicabilidade do que nós estávamos colocando aconteceria a partir de 1º de junho de 2019, prazo que teria também para abrir uma discussão, porque a APLB reivindica outras questões.

Então nós teremos um prazo aí de 6 meses em que abriremos um debate sobre diversas outras questões que poderiam originar um novo projeto de lei para regulamentar novas reivindicações, ou seja, novos ajustes na regulação desse projeto de lei.

Então, quero só para informar a V. Ex.^a, eu sei que V. Ex.^a é uma pessoa dedicada à educação... fique tranquilo, vote no projeto porque é um projeto que realmente ajuda a melhorar a educação, e não retira direito dos professores.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu fico mais tranquilo depois de ouvir o deputado Rosemberg Pinto com a segurança com que ele coloca. Vejo que a Oposição está se reunindo ali, e eu vou participar dessa reunião. Vamos fazer um contato também com os professores, e se os professores sinalizarem de maneira positiva, eu não vejo problema nenhum. Mas a gente precisa fazer esse contato e vamos fazer. Vou me despedir da tribuna, agradecer ao presidente e a atenção dos colegas, e vamos tomar uma decisão logo, logo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vai para onde, deputado?

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Ôôô! Presidente, eu queria fazer uma ponderação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Luciano...

Sr. Luciano Simões Filho: Para discutir.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado Luciano...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Rosemberg, a Oposição está reunida para ver qual o rumo... se vai continuar na obstrução ou não em virtude.... porque daqui a pouco temos a diplomação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- É porque o deputado Luciano, na minha opinião, ajudaria bastante no debate.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não, mas ele já deu a posição, eu acredito... ele já deu a posição, eu estava conversando...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Daí suspenderia por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu já conversei, deputado Rosemberg. O deputado Luciano já deu a posição dele, é possível que chegue a esse acordo daqui a pouco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Bom dia amigos e amigas da TV Assembleia, amigos deputados aqui presentes nesta sessão extraordinária que começou um pouco tumultuada, mas os ânimos se acalmaram, vamos agora debater o projeto que está na pauta. Ele passou no âmbito das comissões, justamente onde houve quórum, apesar de eu achar que houve um equívoco lá da nossa bancada, porque era para ter botado para votar no âmbito das comissões, mas passou direto, e teve o quórum para chegar à votação no Plenário.

Bem, semana passada foi uma semana extraordinária, uma semana em que realmente deputados até mais experientes, como é o caso do Jurandy Oliveira e do Reinaldo Braga, eles me falaram que nunca viram na história da Assembleia uma invasão daquela no Plenário. Realmente os ânimos estavam exaltados. Eu, pessoalmente, não gostei daquela atitude de invasão do Plenário, realmente acho que apequenou a Assembleia, mas realmente a turba, as emoções estavam muito fortes, eles acabaram entrando, o que nos levou a fazer aquela votação no Auditório, que alguns deputados chamaram de porão, aquela coisa toda. Tudo bem, um porão de luxo, com ar-condicionado, cafezinho.

Realmente não é no Auditório onde eu entendo que devam ser feitas as votações, mas foi uma coisa atípica. O Plenário estava tomado pelos sindicatos e associações, sindicatos esses que me chamaram bastante atenção, sindicatos todos ligados ao Partido dos Trabalhadores: professor Ruy, do PCdoB, aquela outra moça, do Sinpojud são militantes históricos da esquerda baiana, estavam aqui bradando contra os projetos do governador Rui Costa. No meu ponto de vista, ali foi muito mais um jogo de cena do que propriamente uma luta, porque no outro dia houve a votação, e aqueles mesmos membros estavam lá, no Plenário, conversando com a

Base do Governo, e foi aprovado como tudo foi aprovado, como já está nos Anais da Casa.

Chegamos hoje aqui com esse projeto teoricamente surpresa da gratificação dos professores, onde a Bancada do PCdoB botou sua posição com clareza, sendo justamente contra o projeto, contrariando aquele que eles representam, como eu falei, o professor Ruy e outras entidades. Soube aqui no bastidor que houve uma mudança dessa emenda, que houve uma mudança do texto, e os deputados do PCdoB parecem que já estão contemplados com essa mudança. Não sei se a deputada Fabíola está contrariada ou não está, mas acontece que eu acho que ainda hoje iremos votar. Também hoje é um dia especial para a gente, é o dia da diplomação daqueles que venceram o pleito e dos suplentes.

É uma estratégia válida da Oposição fazer essa obstrução para tentar dificultar o trabalho do governador.

Tem também na pauta a LOA e o primeiro turno da PEC, aquela PEC do teto de gastos, que foi aquela polêmica que a gente viu na semana passada, quando houve um lobby pesado do pessoal da Sefaz, que conseguiu mudar também o texto da PEC. Depois veio a polêmica dos coronéis da PM, veio a polêmica daqueles outros que seguiram o teto. É realmente uma reta final, uma reta final de legislatura bastante polêmica, lembrando que o governador Rui Costa se reelegeu com uma larga margem de votos... uma longa margem de votos...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Hum?

O Sr. Soldado Prisco:- Lucianinho, um aparte.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Com o aparte o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Deputado, está correta essa colocação. Infelizmente vemos esta Casa calada, rendida, de joelho para o governo, não fazendo nada para mudar essa realidade. Vemos os professores aí fora esperando com uma cuia, clamando por uma mudança nesse projeto. Ainda tem a PEC do Teto, cuja discussão ainda não se sabe como foi feita, que acordos foram feitos à noite, na obscuridade, para salvaguardar algumas categorias, enquanto as demais estão aí pagando o seu preço. Então, parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento, vamos continuar essa luta aqui fazendo o nosso papel como oposição, defendendo o povo e os servidores públicos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Presidente, peço paciência, está tendo uma conversa ali do Líder da minha bancada com o Líder do Governo, parece que já estão chegando a um entendimento de votação ou não.

(...) Então, realmente, um fim de legislatura bastante movimentado. É minha primeira legislatura, não sabia que era tão tumultuado esse fim de exercício, com polêmica de suplementação para a Casa, para o Tribunal de Justiça, para um bocado de coisa, mas minha experiência nesses 4 anos foi uma experiência boa, conheci aqui os colegas já de longa data, colegas novos que entraram comigo na Assembleia. É realmente a Casa do contraditório das ideias, onde a gente faz valer a democracia, o voto das pessoas que acreditam nas nossas ideias, nos nossos mandatos.

No início do meu mandato, nos 2 primeiros anos, eu tive uma atuação nas comissões parlamentares, na CCJ junto com Joseildo, com Zé Raimundo, com Luciano Ribeiro, Pablo Barrozo. Foi, para mim... para mim não, para todo mundo, é a comissão mais importante, é a comissão por onde passam todos os projetos, apesar de eu achar que a CCJ é uma comissão que tem de ser mais bem vista, mais elaborada com alguns sistemas para a gente apurar os projetos de lei, para os deputados também não apresentarem qualquer projeto de lei, porque a gente sabe das nossas limitações regimentais. A Comissão de Meio Ambiente foi uma comissão muito boa também. Deputado Fábio Souto, para mim, foi o que mais se destacou, junto com o deputado Marcelino Galo. Marcelino Galo contra os agrotóxicos; e o deputado Fábio Souto em defesa dos rios da Bahia.

Também a gente fez algumas audiências públicas muito profícuas para o nosso estado. Depois, na metade do mandato, veio a eleição do Angelo Coronel, quando apresentei meu nome representando meu bloco, à época o PSC/PMDB, no qual sou 4º secretário. O deputado Angelo Coronel também botou seu jeito de ser, sua administração, mudou muito a cara da Assembleia e acabou também se elegendo senador da Bahia por conta desse cargo de destaque como presidente da Casa.

O quão importante é o Parlamento na estrutura da política e da administração do nosso país. Mas o governador Rui Costa, agora com esse projeto dos professores e da extinção dos órgãos... vamos lembrar que o PT na Bahia já extinguiu o Derba, já extinguiu a Ebal, está extinguindo agora a Conder, o CIS, a Sudic, se eu não tiver esquecendo mais alguns... Ah! o Instituto Mauá também foi extinto pelo governo do PT, a Bahia Pesca também já está pronta para ser vendida, tudo isso contrariando as bandeiras históricas do Partido dos Trabalhadores. Ele quer ver aquele Estado grande para ser entregue a um bocado de sindicalistas, realmente ele contraria todas as bandeiras que colocou na eleição.

Lembro também que os funcionários públicos foram peças fundamentais na eleição do governo do PT, que vai completar 16 anos – dois governos de Wagner, quatro e quatro são oito; um de Rui com mais um, 16 –, são 16 anos de PT na Bahia, com suas contradições, suas idiossincrasias, com tudo aí. Realmente não há o que se falar. Deputado Targino Machado me falou uma certa feita que o voto limpa tudo. Quase 76% dos votos limpa tudo mesmo, mas ele vai ter que responder, e o tempo vai ser o principal julgador de todas essas contradições que ele tem com o povo.

Mas, voltando também à nossa atuação nesses últimos 4 anos... voltando a esses últimos 4 anos também...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- (...) eu consegui me destacar na luta dos rios da Bahia. Eu lembro agora da nossa luta pela sobrevivência do Rio Vaza-Barris, que atende as comunidades de Uauá, Canudos, lá em cima, o Rio Itapicuru, com sua Barragem de Ponto Novo. A gente lembra que no ano passado a Barra de Ponto Novo estava com quase 80% de água, e o governador Rui Costa segurando a água para a vazão ecológica do rio. Mas mesmo com isso, naquela região onde o governador Rui

Costa deixou um bocado de gente com falta de água, mesmo assim, ele ganhou com mais de 70% naquela região de lá.

O Sr. Hildécio Meireles. Um aparte, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Luciano, eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação, inclusive com os investimentos na Bahia, e o governo a falar somente em ajuste... Ou melhor, a falar somente, não, ao falar em ajuste fiscal, tenta encontrar uma agenda positiva para que esses ajustes tenham um impacto menor perante a sociedade.

Na semana passada, deputado Luciano, eu lia na imprensa que o governo lançou o chamamento público para a construção da Ponte Salvador-Itaparica. Essa Ponte Salvador-Itaparica, essa suposta ponte, tem servido para isso: serviu para o governo se reeleger no passado; serviu para o governo se eleger no passado próximo; serviu para amenizar, como agora, o impacto negativo desse pacote de maldades do governo. Mais uma vez, então, o governo do PT divulga na imprensa o chamamento público para a construção da Ponte Salvador-Itaparica. O que me deixa impressionado é que a sociedade baiana acredita nisso, eu quero ver até quando vão acreditar. Daqui a 3, 4, 5 meses vai ter um outro chamamento de novo; daqui a 1 ano... Deputado Joseildo chega a sorrir, está sorrindo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir o aparte, deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Estou concluindo.

(...) Então eu quero somente concordar com V. Ex.^a, com essa preocupação que V. Ex.^a manifesta em seu policiamento.

Muito obrigado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Muito obrigado, deputado Hildécio Meireles; muito obrigado, Sr. Presidente, por toda... por toda paciência.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei nº 22.985/2018, de procedência do Poder Executivo.

Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.985/2018

Altera as Leis nº 8.261, de 29 de maio de 2002, nº 8.352, de 02 de setembro de 2002, nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - A Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional, disciplinada nos arts. 82 a 86 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, passa a denominar-se Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino.

Art. 2º - A Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“Art. 62 -

.....
§ 4º - A liberação parcial ou integral das atividades educacionais ou técnicas previstas no *caput* fica condicionada à análise prévia da correlação do conteúdo programático do curso com a habilitação ou área de atuação do docente ou dos demais servidores que exerçam atividade de suporte pedagógico direto à docência.” (NR)

“Art. 82 - O Professor e o Coordenador Pedagógico farão jus à Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino, devida em razão da qualificação profissional e da melhoria do desempenho escolar, desde que observados os seguintes requisitos:

I - existência de correlação entre o curso e a respectiva área de atuação, a ser aferida pela Secretaria de Educação; previamente à realização do curso, na forma a ser definida em regulamento.

II - comprovação de aproveitamento dos cursos previstos no art. 83 desta Lei mediante apresentação de certificado ou diploma;

.....
IV - que o curso tenha sido promovido pela Secretaria da Educação ou instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC;

V - alcance de meta anual de desempenho pela unidade escolar de lotação do Professor ou do Coordenador Pedagógico.

§ 1º - Para fins da Gratificação prevista neste artigo somente serão valorados cursos apresentados até o prazo máximo de 05(cinco) anos da data de expedição do respectivo diploma ou certificado.”

§ 2º - Revogado.

§ 3º -

§ 4º - As metas de desempenho de que trata o inciso V do *caput* serão baseadas em indicador de permanência e sucesso escolar, na forma disciplinada em regulamento.” (NR)

“Art. 83 - A Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino será calculada sobre o vencimento básico atribuído ao cargo ocupado pelo servidor, nos seguintes percentuais:

I - revogado;

II - 10% (dez por cento) aos portadores de certificado de curso com duração mínima de 270 (duzentas e setenta) horas e máxima de 359 (trezentos e cinquenta e nove) horas;

III - 10% (dez por cento) pela conclusão de curso de pós-graduação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

IV - 15% (quinze por cento) pela conclusão de curso de Mestrado;

V - 20% (vinte por cento) pela conclusão de curso de Doutorado.

.....” (NR)

“Art. 84 - A concessão da Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino dar-se-á por ato da autoridade competente, nos termos estabelecidos em regulamento específico.

§ 1º - A concessão da gratificação obedecerá ao interstício mínimo de 03 (três) anos cada.

§ 2º - Para cada concessão será considerado, apenas e tão somente, um único certificado ou diploma apresentado.

§ 3º - A Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino será devida a partir da data de publicação do ato concessivo no Diário Oficial.” (NR)

Art. 3º - Para os servidores que até a data de vigência desta Lei comprovem a matrícula realizada em curso com duração mínima de 270 (duzentos e setenta) horas e máxima de 359 (trezentos e cinquenta e nove horas), com duração mínima a partir de 360 (trezentos e sessenta) horas ou em curso de mestrado ou doutorado, fica autorizada a aferição da correlação entre o curso e a respectiva área de atuação do Professor e do Coordenador Pedagógico quando da apresentação do requerimento da Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino.

Art. 4º - Os títulos já computados pelo Professor e Coordenador Pedagógico para auferir qualquer benefício, seja a título de progressão funcional por avanço vertical na carreira ou para percepção de qualquer outra vantagem já incorporada aos seus vencimentos, inclusive a Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional, não poderão ser considerados para concessão, nova concessão, acréscimo ou modificação do percentual da Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e à Melhoria do Ensino.

Art. 5º - Somam-se indistintamente os períodos de percepção da Gratificação de Estímulo ao Aperfeiçoamento Profissional e da Gratificação de Estímulo ao

Aperfeiçoamento Profissional e Melhoria do Ensino para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria.

Art. 6º - Os servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio posicionados no Grau IIA dos Padrões P, E, M e D passam a compor Quadro Especial, na forma do Anexo I desta Lei.

§ 1º - Os cargos referidos no *caput* deste artigo serão extintos à medida que vagarem.

§ 2º - Os vencimentos básicos dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico posicionados no Quadro Especial de que trata o *caput*, observado o regime de trabalho, são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 7º - O *caput* do art. 4º da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O ingresso na carreira do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, nos cargos de Professor e de Coordenador Pedagógico, dar-se-á no Padrão P e Grau III, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.” (NR)

Art. 8º - Os vencimentos dos cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, observado o regime de trabalho, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único - O Anexo III-A da Lei Nº 10.963, de 16 de abril de 2008 passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 9º - Fica assegurada aos atuais ocupantes de cargos do Quadro Especial II-A de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio dos Padrões P, E, M e D a promoção para o Grau inicial da carreira, dentro do mesmo Padrão.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos atuais ocupantes dos cargos do Quadro Especial Grau I, instituído pela Lei nº 13.569, de 18 de agosto de 2016, e aos atuais ocupantes dos cargos do Quadro Especial Grau I-A e do Quadro Especial Grau II, instituídos pela Lei nº 13.809, de 04 de dezembro de 2017.

Art. 10º - O art. 18 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 - O policial militar da reserva remunerada, por conveniência da Administração, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, poderá ser convocado, por ato do Governador do Estado para o exercício das funções a serem estabelecidas em regulamento.

§ 1º - O policial militar convocado nos termos deste artigo permanece na condição de inativo, fazendo jus a uma indenização a ser fixada em regulamento, enquanto perdurar a convocação.

§ 2º - Sobre a indenização de que trata o § 1º deste artigo, não incidirá contribuição previdenciária.

§ 3º - Fica vedado o recebimento, por parte dos convocados, de qualquer acréscimo remuneratório durante o período da convocação.

§ 4º - A indenização de que trata o § 1º deste artigo tem caráter transitório, devida apenas durante o período de convocação, não constitui base de cálculo para qualquer vantagem, inclusive as decorrentes de tempo de serviço e não é passível de incorporação aos proventos.

§ 5º - A convocação de que trata este artigo possui caráter excepcional e terá a duração de até 24 (vinte e quatro) meses, admitida 01 (uma) única prorrogação por igual período, vedado o exercício de cargo ou função de comando, direção e chefia.

§ 6º - Não implicará em convocação a nomeação para cargo em comissão.

§ 7º - O policial militar convocado deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ter sido transferido para a reserva remunerada nos termos da lei;

I - ter aptidão física e mental para o exercício da atividade, comprovada por inspeção de saúde, renovada anualmente;

III - não se encontrar em exercício de cargo, de função ou de emprego público no âmbito do Estado da Bahia, da União, de outros Estados e de Municípios;

IV - não estar respondendo a inquérito policial, processo disciplinar ou processo criminal.

§ 8º - Sempre que a demanda exceder a oferta de vagas para a convocação, o policial militar será selecionado atendendo aos seguintes critérios, por ordem de preferência:

I - menor tempo de inatividade;

II - menor idade;

III - residência na área territorial de responsabilidade do órgão ou entidade onde exercerá suas atividades;

IV - melhor comportamento quando da passagem para a inatividade.

§ 9º - A dispensa antes do término do prazo fixado para a convocação poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - por requerimento do policial militar convocado;

II - pelo não atendimento dos requisitos previstos no § 7º deste artigo;

- II - por ato do Governador, mediante solicitação fundamentada do Comandante Geral, para garantia da hierarquia e disciplina;
- IV - pelo alcance da idade limite prevista para a reforma ex officio;
- V - quando cessada a necessidade do serviço.

§ 10 - O policial militar convocado, além da indenização prevista no § 1º deste artigo, também fará jus:

- I - ao uso do uniforme e equipamentos;
- II - a diárias de viagem e transporte, nos termos da legislação vigente;
- III - ao auxílio transporte e auxílio alimentação, nos termos da legislação vigente;
- IV - a 30 (trinta) dias de descanso após 12 (doze) meses de exercício, não sendo devido o pagamento da indenização a que se refere o § 1º deste artigo no período.

§ 11 - Durante o período da convocação, ficam os policiais militares sujeitos às normas administrativas e de serviço em vigor nos órgãos em que atuarem, e às normas de hierarquia e disciplina da Corporação.

§ 12 - O número de convocados nos termos deste artigo não poderá ultrapassar o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do efetivo da Corporação.

§ 13 - O policial militar convocado poderá ser designado para atuar nos Poderes Judiciário e Legislativo, no Ministério Público, na Defensoria Pública do Estado, no Tribunal de Contas do Estado e no Tribunal de Contas dos Municípios, bem como nos Órgãos Federais e de outros Estados e Municípios, mediante celebração de convênio do qual não resulte ônus para o Poder Executivo.

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966.

Art. 12 - Ficam revogados o § 2º do art. 82 e o inciso I do *caput* do art. 83 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, o art. 22 da Lei nº 8.352, de 02 de setembro de 2002.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os arts. 6º, 7º, 8º e 9º que passarão a vigorar a partir de 01 de junho de 2019, ficando nesta data revogado o Anexo II da Lei nº 13.809, de 04 de dezembro de 2017.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2018.

Rosemberg Pinto
Relator

ANEXO I		
QUADRO ESPECIAL		
PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO - GRAU IIA		
TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)		
PADRÃO	REGIME	VENCIMENTO
P	20 h	1.223,33
	40 h	2.446,66
E	20 h	1.457,72
	40 h	2.915,44
M	20 h	1.734,67
	40 h	3.469,34
D	20 h	2.064,27
	40 h	4.128,54

ANEXO II										
MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO										
TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)										
REGIME DE 20 HORAS										
		III	IIIA	IV	IVA	V	VA	VI	VIA	VII
Professor/ Coordenador Pedagógico	P	1.306,19	1.400,49	1.494,79	1.602,72	1.710,65	1.834,14	1.957,63	2.098,98	2.240,33
	E	1.554,33	1.673,29	1.792,26	1.913,94	2.035,64	2.186,95	2.338,25	2.502,13	2.666,00
	M	1.849,66	1.991,23	2.132,77	2.277,61	2.422,43	2.602,46	2.782,49	2.977,51	3.172,52
	D	2.201,09	2.369,55	2.537,99	2.710,32	2.882,67	3.096,90	3.311,13	3.543,22	3.775,30

REGIME DE 40 HORAS										
		III	IIIA	IV	IVA	V	VA	VI	VIA	VII
Professor/ Coordenador Pedagógico	P	2.612,38	2.800,98	2.989,58	3.205,44	3.421,30	3.668,28	3.915,26	4.197,96	4.480,66
	E	3.108,66	3.346,58	3.584,52	3.827,88	4.071,28	4.373,90	4.676,50	5.004,26	5.332,00
	M	3.699,32	3.982,46	4.265,54	4.555,22	4.844,86	5.204,92	5.564,98	5.955,02	6.345,04
	D	4.402,18	4.739,10	5.075,98	5.420,64	5.765,34	6.193,80	6.622,26	7.086,44	7.550,60

O Sr. Tom Araujo:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Tom.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já foi votado. Já foi votado.

O Sr. Rosenberg Pinto Lula:- Não, ele quer que vá registrar os votos contrários da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Registrar os votos contra... registrar os votos contra da Oposição.

O Sr. Luciano Ribeiro (fora do microfone):- Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O.k., encaminhe, deputado Luciano... Só para o deputado Luciano. Declaração de voto do deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, pelas razões que nós hoje levantamos aqui neste Plenário e a forma aligeirada, apressada, a completa desestruturação do projeto pelo parecer do relator, que trouxe um novo projeto, praticamente um relatório, a Oposição nesta Casa lamenta mais uma vez... se V. Ex.^{as} permitirem eu falar aqui, se diminuïrem o barulho. A Oposição, Sr. Presidente, lamenta profundamente a forma como está sendo votado este projeto, nós queremos encaminhar o voto contrário, o voto “não”. Estranhamente alguns deputados aqui que não foram consultados, da Base do Governo, da Base do Governo, que não foram consultados sobre esse projeto, sobre as modificações nele contidas, declararam voto contrário, disseram que iriam obstruir a pauta, que iriam votar contrário, e me parece que foram convencidos pelo governo. É com isso que a Oposição não concorda e por isso encaminha aos seus membros a votação “não”. E peço à V. Ex.^a que a votação seja nominal, Sr. Presidente, não pode ser uma votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) Não houve, não! Estou encaminhando o voto. Não houve, não! É preciso que registre o voto de quem votou favorável ou contrário.

(O Sr. Deputado Angelo Coronel assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Estão contrários os deputados da Oposição presentes.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Hein?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Qual é a dificuldade de registrar os votos? Que seja nominal. Qual a dificuldade?

(Intervenção do Sr. Deputado Rosemberg Pinto Lula fora do microfone.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Calma, Rosemberg, você é Líder do PT.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, voto contra do deputado Luciano Ribeiro, voto contra do deputado Tom, voto contra do deputado Hildécio, Luciano, Prisco, Alan, David, Adolfo Viana, Sidelvan e Alan Sanches. Pronto, estão registrados os votos contrários dos deputados da Oposição presentes. O.k., deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputados e deputadas, nós temos aqui também o projeto do Tribunal de Justiça, eu sei que nós temos a diplomação hoje à tarde, mas, como é um projeto criando uma instrutoria, que eu acredito que não tenha problema nenhum, está na Ordem do Dia...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Como é que é, presidente? Rosemberg tirou a minha atenção aqui!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Tem um projeto da Ordem do Dia que está seguinte a esse...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Espere aí, Prisco! Espere aí, Prisco! Como é que é, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Tem um projeto aqui na Ordem do Dia, que é o Projeto nº 22.968/2018, do TJ, o Tribunal de Justiça, que cria a instrutoria. Esse projeto é o da sequência. Como nós temos a diplomação às 15h...

Parlamentar não identificado:- Tem acordo não.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Não, ele não é acordo, ele é um projeto que já está para votar, já foi feito dispensa de... ô, já votou urgência e tudo. É o 22.968...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Então vamos fazer o seguinte: eu vou, então, encerrar a sessão, convocando uma sessão normal para amanhã, às 14h45min, para votarmos os projetos que estão na Ordem do Dia e as duas urgências de hoje, em virtude da diplomação que os Srs. Deputados e Deputadas... Tem mulheres que querem ir para casa se arrumar, tem homens que também querem se arrumar, a deputada Ivana já veio ali toda frondosa...

(Intervenção fora do microfone.)

Sessão ordinária amanhã, sessão normal, amanhã é terça-feira, sessão ordinária amanhã.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sessão ordinária, sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordinária, ordinária, ordinária. Teremos sessão amanhã e quarta-feira, sessões ordinárias normais para votarmos a PEC e votarmos os projetos para os quais requeremos a urgência hoje, mais a LOA, a LDO e a instrutoria, do Tribunal de Justiça.

O.k., declaro encerrada a presente...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para nós analisarmos os projetos que virão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Com certeza, deputado, eu sei que V. Ex.^a é um jurista que vai se debruçar bem nele esta noite para poder trazer um estudo bem aprofundado amanhã à tarde.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.